



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ADRIANA CLARICE HENNING

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS
AO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Jaguari/RS

2020

Adriana Clarice Henning

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS AO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leticia Ramalho Brittes

Jaguari/RS
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

H517e Henning, Adriana Clarice
Emenda constitucional nº 95/2016 : ameaças e desafios ao Instituto Federal Farroupilha / Adriana Clarice Henning - Jaguari, RS: [s.n.], 2020.
98 f. : il. ; 30 cm.
Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari. Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. Orientadora: Profª. Drª Leticia Ramalho Brittes. Inclui bibliografia. Inclui apêndice.
1. Gestão pública. 2. Emenda constitucional nº 95/2016. 3. Gerencialismo. 4. Ensino médio integração. 5. Análise crítica do discurso. I. Título. II. Série.
CDU: 351

Índice para o catálogo sistemático:

Emenda constitucional nº95/2016	342.7
Gerencialismo	37.014.5
Ensino médio integração	37.046.14
Análise crítica do discurso	37.014

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

ADRIANA CLARICE HENNING

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS AO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha – *Campus Jaguari*, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de abril de 2020.

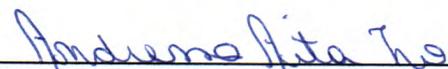
COMISSÃO EXAMINADORA



Orientadora: Prof(a). Dr(a). Letícia Ramalho Brittes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Prof(a). Dr(a). Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Prof(a). Dr(a). Andressa Aita Ivo
Universidade Federal de Santa Maria

Jaguari, 17 de abril de 2020

ADRIANA CLARICE HENNING

EMENDA CONSTITUCIONAL NO 95/2016 – PERGUNTAS E RESPOSTAS

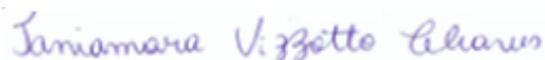
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha – *Campus Jaguari*, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de abril de 2020.

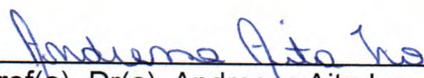
COMISSÃO EXAMINADORA



Orientadora: Prof(a). Dr(a). Letícia Ramalho Brittes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Prof(a). Dr(a). Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Prof(a). Dr(a). Andressa Aita Ivo
Universidade Federal de Santa Maria

Jaguari, 17 de abril de 2020

**Ao meu companheiro, Evandro, pelo incansável apoio
nos momentos mais obscuros dessa trajetória e por
dividir cada alegria e realização obtidas.**

**À minha mãe, Geni, que não só me deu a vida,
mas me ensinou pelo que vale a pena viver.**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Leticia, pelas incansáveis orientações, que norteou o desenvolvimento deste trabalho de maneira tão acolhedora e carinhosa, compartilhando sua experiência acadêmica que serviu de inspiração nos momentos mais difíceis.

À banca de qualificação e de defesa que contribuiu de maneira determinante com sugestões de leitura e de análise, auxiliando de maneira ímpar para o desenvolvimento deste trabalho.

À equipe do mestrado, professores, coordenador, técnicos administrativos em educação, colegas de turma, que juntos contribuíram de maneira significativa para o sucesso dessa caminhada.

Mesmo caindo pelo fim dos oceanos
no vazio infinito dos enganos
cairei descrevendo moribundo
as praias intocadas de um novo mundo

Utopia e fim de século
(IASI, Mauro. 2011, p. 74)

RESUMO

Este trabalho buscou investigar os efeitos do congelamento dos gastos públicos, via Emenda Constitucional nº 95/2016, no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A metodologia empregada contemplou uma análise crítica do discurso (ACD) com o objetivo de captar aspectos que vão além do que está escrito ou foi dito, focando na identificação de concepções de gestão pública presentes nos discursos, analisando como essas teorias aparecem no cotidiano dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para se chegar aos resultados necessários foi realizado um panorama da EPT no Brasil com o intuito de contextualizar as concepções de gestão pública, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e técnicos administrativos em educação do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo. O estudo contemplou ainda uma análise do impacto na oferta de bolsas de ensino, pesquisa e extensão e os desafios de manter a estrutura física e os serviços necessários para garantir um Ensino de qualidade. Por fim, foi elaborado um produto educacional que visa atender à necessidade de apresentar informações sobre a Emenda Constitucional nº 95/2016, uma vez que os entrevistados apresentaram muitas dúvidas acerca do assunto. Concluiu-se com esta pesquisa que a Emenda Constitucional nº 95/2016 compromete de maneira significativa a manutenção do projeto educacional ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras-chave: Gestão pública. Emenda constitucional nº 95/2016. Gerencialismo. Ensino médio integrado. Análise crítica do discurso.

ABSTRACT

This work sought to investigate the effects of the freezing of public spending, via Constitutional Amendment nº 95/2016, on the integrated high school of Professional and Technological Education (EPT). The methodology employed contemplates a critical discourse analysis (ACD) with the objective of capturing aspects that go beyond what is written or was presented here, focusing on the identification of public management concepts present in the speeches, analyzing how these theories displayed in the daily lives of the students participate in the research. To obtain the results obtained, an overview of EFA in Brazil was carried out in order to contextualize how public management conceptions, semi-structured interviews were also conducted with managers, teachers and administrative technicians in education at the Federal Farroupilha Campus Santo Ângelo Institute. The study also includes an analysis of the impact on the offer of teaching, research and extension scholarships and the challenges of maintaining the physical structure and services necessary to guarantee quality education. Finally, an educational product was designed to meet the needs of presenting information on Constitutional Amendment No. 95/2016, since the interviewees reported many questions related to the subject. It was concluded with this research that Constitutional Amendment nº 95/2016 compromises the way of maintaining the educational project offered by the Federal Institutes of Education, Science and Technology.

Keywords: Public management. Constitutional Amendment 95/2016. Managerialism. Integrated secondary education. Critical discourse analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise crítica do discurso
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética na Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EC	Emenda Constitucional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
IFFAR SAN	Instituto Federal Farroupilha <i>Campus</i> Santo Ângelo
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
Rede Federal	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A EDUCAÇÃO REFÉM DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	15
2.2 O DESMONTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	18
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E OS INSTITUTOS FEDERAIS.....	22
3.1 BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA...23	
3.2 A PROPOSTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	26
4 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	30
4.1 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016.....	31
4.2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	35
4.3 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 X CONTINGENCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS.....	39
5 METODOLOGIA.....	41
6 AS MANIFESTAÇÕES IDEOLÓGICAS NOS DISCURSOS DOS SUJEITOS.....	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
8 PRODUTO EDUCACIONAL.....	56
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	67
APÊNDICE 2 – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	68
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69
APÊNDICE 4 – <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	71
APÊNDICE 5 – PRODUTO EDUCACIONAL [CONTEÚDO].....	86
APÊNDICE 6 – PRODUTO EDUCACIONAL [LAYOUT].....	89
APÊNDICE 7 – MODELO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	90
APÊNDICE 8 – RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL...91	
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	97

1 INTRODUÇÃO

Ao apresentar um tema de pesquisa é fundamental contextualizar o pesquisador, para entender o motivo da escolha desse tema e qual a sua relevância para as vivências experienciadas por quem o está desenvolvendo. Nesse sentido, cabe destacar que a pesquisadora realizou toda a sua formação escolar/acadêmica em escola pública, começando na Educação Básica em escolas municipais e estaduais, depois Graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Maria, em seguida Pós-Graduação em Informática Aplicada à Educação no Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Augusto, chegando, por fim, a este Programa de Mestrado.

Considerando esta trajetória acadêmica, fica evidente a importância que a educação pública teve na formação da pesquisadora. Além disso, em 2014, esta ingressou no serviço público como Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), sendo que todo o seu tempo de trabalho funcional desenvolveu-se no Setor de Licitações, onde pode observar as problemáticas relacionadas a falta de recursos financeiros para o atendimento das necessidades de uma instituição de ensino.

Ao realizar o Curso de Ciências Econômicas a pesquisadora teve contato com diferentes concepções de Estado, podendo observar que, dependendo da inclinação teórica, o gestor pode conduzir seu trabalho de uma forma ou de outra, assim como no momento da definição de políticas públicas e de destinação de recursos públicos, essas teorias se manifestam. Ao diminuir o volume do gasto público se reduz o tamanho do Estado e, conseqüentemente, o atendimento à população vai sofrer impacto, seja na Saúde, na Educação, em políticas redistributivas de renda, etc. Ou seja, por trás de cada decisão do gestor ou do governante tem uma intencionalidade, mesmo que inconsciente, que reflete uma concepção de Estado e, no caso específico, de Educação.

No ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016), também conhecida como Novo Regime Fiscal. Essa emenda constitucional tem por objetivo limitar os gastos públicos pelos próximos 20 anos, ou seja, até 2036, abrindo possibilidade de revisão após 10 anos de implantação. Sendo assim, a maior parte dos gastos do governo será reajustada, no máximo, pelo

índice de inflação do ano anterior, sendo que os gastos com Saúde e Educação estão contemplados nessa nova política.

Ao congelar o aumento real dos recursos para a Educação, corre-se o risco de afetar a qualidade do ensino ofertado e a própria universalização do acesso ao ensino básico. Considerando que o ensino básico ainda não é universal e que a população aumenta a cada ano, na prática, essa política representa uma retração na abrangência dos jovens em idade escolar, ou, na melhor das hipóteses, supre-se a necessidade de vagas mas com o comprometimento da qualidade do ensino.

Cabe destacar que essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir o tamanho do Estado, desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo¹, que ocorre desmonte dos serviços públicos. A grande diferença do período anterior à aprovação da EC nº 95/2016 e o posterior é que antes cada governo tinha liberdade para definir sua política econômica de maneira a dar maior prioridade aos gastos com Saúde e Educação, por exemplo, ou definir uma política de diminuição dos gastos primários², priorizando o pagamento da dívida pública. No entanto, após a aprovação da EC nº 95/2016, não cabe mais ao governo eleito essa definição, pois, por 20 anos, os gastos públicos não podem ultrapassar o teto estipulado na Emenda.

Considerando o vulto de uma política como a efetivada pela EC nº 95/2016, torna-se fundamental realizar um estudo que mapeie os reais impactos do Novo Regime Fiscal na Educação. Com esse objetivo em mente cabe a pergunta, quais os efeitos do congelamento dos gastos públicos, via Emenda Constitucional nº 95/2016, no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica? O que coloca como objetivo central analisar esses efeitos do congelamento dos gastos públicos na gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Esta pesquisa teve ainda como objetivos específicos: 1) Desenvolver um levantamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, apresentando a organização da gestão pública neste contexto. 2) Analisar a evolução do financiamento da Educação Profissional e Tecnológica a partir da redemocratização e as mudanças trazidas pela EC nº 95/2016. 3) Apontar os efeitos nas políticas de assistência estudantil e de oferta de bolsas de ensino, pesquisa e extensão

1 Para mais informações ver SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2009.

2 Gastos primários são todos os gastos do governo menos os destinados para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

disponíveis aos discentes. 4) Elencar os desafios de manter uma educação de qualidade com a precarização da estrutura física e limitação de recursos para aquisição de bens e serviços utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 5) Disponibilizar um produto educacional para suprir as demandas apresentadas durante a pesquisa.

Os Institutos Federais representam um salto qualitativo na educação brasileira em termos de estrutura física, laboratórios, recursos para atividades práticas e corpo de servidores com uma carreira relativamente valorizada dentre os trabalhadores da Educação. No entanto, para manter estas condições favoráveis ao ensino de qualidade é necessário que haja investimento público suficiente, a EC nº 95/2016 limita estes investimentos, podendo comprometer a manutenção destes espaços.

Considerando a área de Ensino deste Programa de Pós-Graduação, este estudo focará a análise nos impactos da EC nº 95/2016 no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), utilizando, como método de geração de dados, entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e técnicos administrativos em educação do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo. Será considerado especificamente o impacto no ensino médio integrado, devido seu caráter inovador em termos de oferta de ensino de qualidade e a necessidade de recursos financeiros para manter o ensino em tempo integral, o uso de laboratórios, a realização de viagens técnicas e as ofertas de bolsas de ensino/pesquisa/extensão.

Este trabalho trata, na seção 2, as concepções de Estado e como elas impactam na Educação, na seção 3 são apresentados os Institutos Federais e as particularidades e avanços que representam, na seção 4 trata-se do financiamento da Educação e a Emenda Constitucional nº 95/2016, já a seção 5 versa sobre os aportes metodológicos utilizados na pesquisa, na seção 6 são apresentados os resultados produzidos com as entrevistas semiestruturadas, na seção 7 são feitas algumas considerações finais a partir dos conteúdos tratados ao longo do trabalho e, por fim, na seção 8 é apresentado o produto educacional, sua aplicação e avaliação.

2 A EDUCAÇÃO REFÉM DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Ao realizar uma análise sobre a Educação é fundamental que se tenha em vista a que interesses esse projeto de educação está servindo. As diferentes concepções e projetos de educação têm em sua essência um objetivo político, uma proposta de sociedade a que deve atender. É no embate gerado pelas contradições sociais, historicamente definidas, que se moldam as políticas públicas para a Educação, conforme alerta Frigotto

Um dos equívocos mais recorrentes nas análises da educação no Brasil, em todos os seus níveis e modalidades, tem sido o de tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto, situado em uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas. (FRIGOTTO, 2010, p. 25)

A educação brasileira passou por diversos momentos em termos de concepção e de objetivos. Há um pêndulo entre períodos em que a educação é vista de maneira unitária e outras em que há um direcionamento para o mercado de trabalho. No entanto, o projeto de educação posto em prática tem sido, normalmente, de caráter dualista, colocando a formação propedêutica separada da formação profissional, cindindo esses dois momentos da formação escolar. Ramos (2010) faz a defesa de um projeto de educação que une a formação do sujeito com a formação profissional, deslocando o foco do mercado de trabalho para a pessoa humana, proporcionando a formação de cidadãos críticos, preparados para a vida de maneira completa, em condições de ingressar no mercado de trabalho com as habilidades de aprender e compreender o processo produtivo em que estão inserido.

2.1 O CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, ao analisar sua formação capitalista específica, fica evidente que se coloca perante o capitalismo mundial numa posição subordinada, de dependência e servidão. Isso deve ser considerado no momento de analisar o modelo educacional brasileiro, pois para atender as demandas de mão de obra, nessa divisão internacional do trabalho, não há necessidade da universalização do ensino médio de qualidade, isso porque a exigência do capital, conforme aponta Frigotto (2010, p.

35), é por trabalhadores manuais “de mãos adestradas ou olhos aguçados e coração e mente submissos”, pois a produção econômica é predominantemente de baixo valor agregado, não tendo interesse, portanto, em formação de cidadãos críticos.

O projeto societário que se definiu, mormente na década de 1990, por um capitalismo monetarista e rentista, associado de forma subordinada e dependente aos centros hegemônicos do sistema capital, demanda predominantemente, na divisão internacional do trabalho, o trabalho simples e de baixo valor agregado. Consequentemente, para esse projeto de sociedade, não há necessidade da universalização e nem da democratização da qualidade da educação básica, especialmente de nível médio. (FRIGOTTO, 2010, p. 35)

No momento de destinar recursos públicos para a Educação é que surge o embate histórico na definição da política econômica do governo: Estado neoliberal versus Estado desenvolvimentista. A política econômica do país sempre esteve dividida entre dois polos, os momentos de investimento público mais significativo, com maior distribuição de renda, e aqueles de redução da participação do Estado com concentração de renda e retirada de direitos sociais.

No Brasil, não se chegou a ter um Estado de Bem Estar Social nos moldes do que ocorreu na Europa, o que se criou aqui foi uma imitação aquém nas conquistas sociais, chamado de Estado desenvolvimentista. O Estado desenvolvimentista, ou nacional desenvolvimentista, teve início no governo de Getúlio Vargas, tendo seu ápice no governo de Juscelino Kubitschek. Apesar do discurso nacionalista, o período militar já apresentou algumas medidas que iniciaram a desconstrução desse Estado desenvolvimentista, o que se intensificou a partir da década de 1990 com a implantação do neoliberalismo.

O projeto do Estado desenvolvimentista tinha como base a construção de um Estado forte, atuante na Economia, garantindo alguns direitos sociais e trabalhistas e realizando investimentos públicos, fortalecendo a Saúde e Educação, por exemplo. No entanto, nesse período da década de 1990 estava em franca expansão o neoliberalismo, o que representou uma guinada na conquista de direitos sociais universais, de acordo com Pires e Peroni (2019), não se vivenciou no país um Estado de bem-estar social mas sim um Estado desenvolvimentista sob direção do setor privado.

Com o Governo de Fernando Collor de Mello, potencializa-se a implantação do neoliberalismo no Brasil, o que significa uma reestruturação econômica e de intervenção do Estado, tendo como base os objetivos preconizados no Consenso de

Washington³. Nesse momento o Estado passa a ser o grande vilão responsável pelos problemas enfrentados pela Economia Brasileira, como a baixa taxa de lucros, a alta da inflação, o desemprego, enfim, de todas as mazelas sociais e econômicas. Como saída para a crise era apresentado o modelo de modernização do Estado, segundo Ramos (2014, 48), “dessa forma, a liberalização da economia tenderia a trazer o equilíbrio entre a produtividade, a modernidade e a prosperidade”.

A política de reestruturação do Estado faz parte de um projeto maior que tem por base a disputa de concepção de Estado. Segundo Paula (2005), entram em choque dois modelos antagônicos: a Administração Pública Gerencial e a Administração Pública Societal. De um lado, tem-se a Administração Pública Gerencial, que centra a organização do Estado numa perspectiva de Estado-empresa, ou seja, a eficiência financeira do estado é a prioridade, os aspectos sociais ficam em segundo plano, o objetivo principal é ter resultados financeiros positivos, exatamente a mesma lógica das empresas que são moldadas para buscar o lucro, para que isso seja possível os mecanismos de participação popular são bastante restritos, tendo uma estrutura muito mais centralizada. Por outro lado, tem-se a Administração Pública Societal, em que as necessidades dos cidadãos estão no centro da agenda governamental, isto é, as pautas sociais e de melhoria da condição de vida e da participação cidadã nas decisões do governo norteiam toda a política do Estado.

É nesse embate entre concepções e modelos de Estado que ocorre a disputa pela hegemonia⁴, refletindo nos modelos a serem seguidos nas diversas áreas, como os modelos de Educação e o nível de financiamento que será destinado para sua concretização. A prioridade na alocação de recursos financeiros do Estado reflete uma escolha política sobre qual modelo de desenvolvimento se busca para o país. Mas essa disputa de modelo de estado não é algo dado, apesar de uma concepção sobre seu papel na sociedade ser mais forte que outra, há uma disputa permanente sobre os rumos que tomará, conforme Hypólito

3 O Consenso de Washington foi uma reunião convocada pelo Instituto Internacional de Economia, patrocinada pelo governo dos EUA, pelo Banco Mundial, pelo FMI, pelas transnacionais e pelos grandes bancos. Deliberaram como pontos centrais a abertura econômica, a desestatização, a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho. Ver mais em SOUZA (2008), capítulo 9.

4 Hegemonia, segundo a concepção de Gramsci, é o domínio político, econômico, cultural e ideológico de uma classe social sob a outra, é a concretização do poder de uma classe sob a classe subalterna, onde os interesses da classe dominante são colocados como os interesses de toda a sociedade.

Muito embora as forças conservadoras e reacionárias, nas últimas décadas, tenham tido sucesso na articulação de sua hegemonia, isso não significa que o estado seja um ente monolítico. É preciso reconhecer as complexidades envolvidas nesse processo de hegemonia e considerar o estado como um território de contestações, no qual lutas por hegemonia ocorrem a todo o momento. (HYPÓLITO, 2008, p. 64)

Esse embate fica mais forte nos períodos de retração do Estado, que ocorre nos momentos de crise econômica, também conhecida como austeridade⁵, onde a arrecadação diminui, o que torna o cumprimento da meta fiscal mais difícil, fazendo com que se reduzam os gastos públicos. Outra medida adotada é a redução de salários, na tentativa de aumentar os lucros das empresas e sua competitividade, no entanto, ao reduzir os gastos do Estado e os gastos dos trabalhadores, que terão menos dinheiro para consumir, a demanda agregada⁶ também diminui, ao reduzir o consumo reduz-se ainda mais a arrecadação, gerando o que Rossi e Dweck (2016) chamam de “círculo vicioso da austeridade”, que ocorre quando cortes dos gastos públicos potencializam a redução do crescimento econômico, que por sua vez provoca novas quedas da arrecadação, exigindo novos cortes de gastos.

2.2 O DESMONTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Desde a redemocratização, o Brasil passa por um processo de disputa na definição do papel do Estado nas diversas áreas da sociedade. De um lado a mobilização social proveniente do processo de retomada da Democracia puxava o pêndulo para a construção de um Estado mais presente na sociedade, do outro o neoliberalismo estava em franca expansão, puxando o pêndulo para a construção de um Estado mínimo, segundo Antunes e Peroni (2017, p. 187) “com graves consequências para a construção da democracia e da efetivação dos direitos sociais, materializados em políticas públicas, dando lugar ao que temos chamado de ‘naturalização do possível’”.

Em um cenário de redução do tamanho do Estado, a Educação é sempre afetada, pois, conforme Apple (2005), não há uma boa escola sem condições adequadas de remuneração dos professores e sem as condições físicas e materiais,

5 Em Economia, austeridade é entendida como um controle rígido só gastos públicos para equilibrar as receitas e despesas do Estado.

6 Demanda agregada é toda a demanda existente em uma Economia em determinado período e nível de preços.

sala de aula equipada, recursos para aulas práticas e toda uma gama de necessidades que um ensino de qualidade exige. A não destinação de recursos financeiros suficientes para a Educação gera uma precarização que faz parte de um plano maior de privatização dos serviços públicos, afinal, quando um serviço público está ruim é mais fácil propagar o discurso de que é necessário privatizá-lo para resolver o problema, Teodoro (2011, p. 31) mostra que “as consequências dessa transferência de centro do discurso político estão presentes na agenda hegemônica das políticas públicas de educação contemporâneas”. Nesse sentido, Apple alerta que

[...] É preciso um trabalho ideológico criativo e de longo prazo e, ainda, as pessoas têm que ser forçadas a perceber tudo o que é público como “ruim” e o que é privado como “bom”. E qualquer um que trabalhe nessas instituições públicas deve ser visto como ineficiente e necessitado da sensata realidade da competição [...]. (APPLE, 2005, p. 41-42)

Quando se pensa num projeto educacional não é possível desvinculá-lo de um projeto social mais amplo. Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), o projeto educacional deve estar articulado com o desenvolvimento econômico nas esferas local, regional e nacional, com o desenvolvimento científico e com as políticas de geração de emprego e renda. Seguindo a mesma lógica, Sander (2005, p. 25) mostra que “existe abundante evidência empírica de que a educação está diretamente relacionada com a formação cidadã, a preparação para o trabalho e a consecução do desenvolvimento humano sustentável com equidade social”. Nesse sentido, a educação deveria ter uma posição de prioridade na alocação de recursos públicos, no entanto, Frigotto (2009/b, p. 74) mostra que não é isso que ocorre, “a não prioridade real da Educação Básica se reflete pelo pífio fundo público garantido para seu financiamento e pelos mecanismos paliativos, emergenciais ou protelatórios para construir um sistema nacional de educação”.

O trabalho de desmonte dos serviços públicos, principalmente da Educação, entra numa lógica privatista onde o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações. Corroborando essa ideia, Apple (2005, p. 31) mostra que a reestruturação das instituições públicas tem por objetivo “assegurar que o Estado servisse a interesses de negócios; fazer com que as operações internas do Estado moldassem aquelas usadas nos negócios”. Na medida em que a

Educação fica refém dessa lógica têm-se um quadro de dificuldade para a implementação de um ensino de qualidade, conforme apontam Araújo e Frigotto

Mas, por outro lado, não reduzimos a possibilidade do ensino integrado a um ato de vontade dos docentes e dos gestores educacionais; compreendemos que este depende, também, das condições concretas de sua realização, argumentamos que a promoção de práticas pedagógicas integradoras requer a constituição de um ambiente material que a favoreça e da busca permanente pelo elemento integrador, considerando as realidades específicas, a totalidade social e os sujeitos envolvidos. (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 65)

Nessa lógica de privatização dos serviços públicos, a Educação enfrenta ataques em diversas frentes, segundo Peroni e Scheibe (2017, p. 387) pode ocorrer por meio da “oferta direta de serviços educacionais por instituições privadas, como também por meio de políticas em que o privado disputa o conteúdo das políticas públicas educativas, como é o caso das parcerias público-privadas”. Nesse sentido, Antunes e Peroni (2017, p. 186) apontam como sujeitos individuais e coletivos com diferentes graus de organização, em diferentes âmbitos e com diferentes graus de influência, o “setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental”.

Os organismos internacionais monitoram de perto a organização da Educação em diversos países, principalmente os considerados periféricos. Esse controle ocorre para garantir os interesses do capital internacional como a OCDE, o Banco Mundial, o BID, além de conglomerados internacionais privados nesses países, assim a Educação estará a serviço de uma formação para as necessidades do mercado. Segundo Peroni e Scheibe (2017, p. 387-388), há diversas formas de realizar essa ingerência, como na “formação de professores, no monitoramento dos sistemas educativos, no patrocínio de avaliações internacionais, entre outras ações, para as quais são estabelecidas metas a serem cumpridas”. Ainda sobre essa influência na definição do papel do Estado, Antunes e Peroni afirmam

Assim, a globalização, principalmente a financeira, mas também a produtiva, com as mudanças nos mercados mundiais, não minimiza o papel do Estado, mas o redefine. Enfim, são mudanças profundas não apenas na produção, mas no modo de vida da sociedade. Entendemos que essas redefinições no papel do Estado modificam as fronteiras entre o público e o privado e materializam-se das mais variadas formas. (ANTUNES; PERONI, 2017, p. 186)

Essa captura do Estado para atender aos interesses do capital parte de um “pressuposto neoliberal de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado” (PERONI; CAETANO, 2015, p. 339). Segundo Peroni e Scheibe (2017, 389), é nesses momentos de retração do papel do Estado que os “avanços conquistados

correm risco de um retrocesso pragmático, no qual o mercado justifica a sua atuação no público para formar um sujeito instrumental à reestruturação produtiva”. Com essa concepção em mente fica fácil inserir na agenda econômica do governo a necessidade de “reformatar” o Estado para superar a crise, tornando-o mais eficiente e produtivo.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E OS INSTITUTOS FEDERAIS

No contexto de necessidade de formação profissional, exigida pelo mercado de trabalho, têm-se um poderoso instrumento que são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no entanto, estas instituições colocam uma possibilidade de atender essa formação técnica aliada com a formação humana. Criados através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, esses espaços de formação representam um avanço no sentido de proporcionarem carreira e estrutura adequadas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, rumo a uma educação politécnica.

As portas que os Institutos Federais abrem para o país são a possibilidade de construção de ciência e tecnologia nacionais, rompendo com a dependência tecnológica de nações desenvolvidas, conforme Frigotto e Ciavatta (2003, p. 102-103), “a educação é tanto um direito social básico e universal quanto vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país”. Nesse sentido, a construção de um modelo de educação emancipador é “fundamental para a construção de uma nação autônoma, soberana e solidária na relação consigo mesma e com outras nações”.

A criação dos Institutos Federais representa um passo na constituição de uma alternativa educacional ao modelo tecnicista, democratizando o acesso ao ensino público de qualidade, através do aumento na oferta de vagas, principalmente no ensino técnico profissionalizante, e criação de novas unidades no interior do país. Segundo o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), existem atualmente 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, que juntos integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também chamada simplesmente de Rede Federal.

3.1 BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A proposta que os Institutos Federais trazem é a concepção de uma formação humana unitária, também conhecida como politecnia, um projeto de educação onde a formação do sujeito ocorre de maneira integral. Saviani (2003) entende que a politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos de diversas técnicas, ou seja, o jovem que recebe este tipo de formação terá condições de entender o processo produtivo de qualquer técnica específica, pois irá se inserir no mercado de trabalho de maneira crítica e com os conhecimentos básicos que estão na base da organização moderna. Desta maneira, o trabalhador não seria um mero reproduzidor de técnicas que não compreende, estaria além das repetições mecânicas desprovidas de sentido. Pode-se notar, assim, que a noção de politecnia está totalmente imbricada com a noção de trabalho, conforme mostra Saviani

A noção de politecnia deriva basicamente da problemática do trabalho. Parece-me importante considerar que o nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral. Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto, do entendimento e da realidade do trabalho. Nesse sentido é possível perceber que, na verdade, toda a Educação e, por consequência, toda a organização escolar, tem por fundamento a questão do trabalho. (SAVIANI, 1989, p. 07)

Neste sentido, torna-se fundamental entender o que significa trabalho, para assim compreender o seu sentido educativo. O trabalho é tratado de duas maneiras, do seu ponto de vista ontológico e do ponto de vista histórico. No primeiro significa a atividade humana sob a natureza, sua transformação em valores de uso, já no segundo se refere às formas históricas em que o trabalho se organizou, sendo a atual a forma capitalista, ou seja, se refere a arranjos produtivos histórica e socialmente constituídos.

Em seu sentido ontológico, é o trabalho que diferencia o homem do animal, pois sua ação na natureza ocorre de maneira premeditada, como fruto de sua consciência. É nesse sentido que Marx (2017) mostra a diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha, o primeiro executa seu trabalho após tê-lo constituído idealmente em sua mente, já a abelha segue apenas seu instinto. Por isso, pode-se considerar que o trabalho define a essência do ser humano, é na realização de sua existência que o homem se faz homem, conforme Saviani (2003, p. 132) “o homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência”, neste sentido Frigotto, Ciavatta e Ramos argumentam que

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 4)

A relação do trabalho com a educação decorre da necessidade de organizar sistematicamente os conhecimentos adquiridos através do trabalho, para que possa ser assimilado por outras pessoas ao longo do tempo. Inclusive o surgimento das áreas específicas do conhecimento têm relação direta com essas necessidades, as ciências naturais são fundamentais para compreender como a natureza funciona, permitindo que a ação humana nela ocorra de maneira mais produtiva e eficiente, já as ciências sociais atendem à necessidade de viver em sociedade, que por sua vez justifica a necessidade da matemática nas transações comerciais, por fim o domínio da linguagem atende o objetivo de sistematizar e transmitir o conhecimento produzido. No momento de organizar o currículo escolar, é necessário contemplar essas áreas do conhecimento, conforme mostra Saviani (2003, p. 136) “aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive”.

Conforme fica evidente acima, o trabalho se relaciona com a educação em seu sentido ontológico, a esta relação se dá o nome de trabalho como princípio educativo. Neste sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) mostram que ao reproduzir as condições de sua existência o homem transforma a natureza, criando valores de uso. Dessa relação do homem com a natureza, reproduzindo as condições de vida e em convívio com outros homens, é que surge a solidariedade, apontada por Frigotto como condição para superação do sistema do capital

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução – primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar e dilatar o mundo efetivamente livre. Socializar ou educar-se de que o trabalho que produz valores de uso é tarefa de todos, é uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes. (FRIGOTTO, 2009a, p. 189)

Partindo dessa concepção de trabalho, e sua relação com a educação, torna-se fundamental que o processo educativo contemple a compreensão dos processos

produtivos em sua essência, apenas assim o jovem terá condições de acesso ao mundo de trabalho de maneira crítica, ou seja, estará preparado para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho. É importante conceituar o que seria esse mundo do trabalho, para Ciavatta (2015), o mundo do trabalho inclui tudo o que é produzido pelo homem, não apenas em seu emprego, mas toda a criação humana, seja ela cultural, artística, política, material ou intelectual.

A Educação Básica deve explicitar o modo como o saber se relaciona com as forças produtivas, rompendo com um ensino desprovido de significado que, para Ramos (2010, p. 55), “não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive”. O entendimento da importância do trabalho para o homem, enquanto ser social, leva os estudantes a compreenderem que o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas está umbilicalmente ligado à superação da exploração do homem pelo homem.

Sob a perspectiva do trabalho como princípio educativo, o ensino integrado é uma tentativa de formar os jovens de maneira crítica, onde tenham a compreensão dos processos produtivos em sua essência, rejeitando uma formação tecnicista ou um mero treinamento de execuções manuais desprovidas de sentido socialmente significativo. No entanto, no momento que se explicitam os processos produtivos da sociedade capitalista tem-se a compreensão do trabalho também em seu sentido histórico, e portanto, ficam evidentes as contradições existentes nessa formação social, conforme aponta Ramos

O projeto de ensino médio integrado não elide as singularidades dos grupos sociais, mas se constitui como síntese do diverso, tendo o trabalho como o primeiro fundamento da prática social. Assim, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que é nessa etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com a produção, tanto material (bens e serviços) quanto simbólica (conhecimentos e cultura). Ressalta-se, nesse caso, o trabalho como uma categoria econômica, a partir da qual se justificam projetos que incorporem a formação específica para o exercício de profissões. Porém, proporcionar aos estudantes uma formação que possibilite o exercício produtivo não é o mesmo que fazer uma formação profissionalizante, posto que tal participação exige, antes, a compreensão dos fundamentos da vida produtiva em geral e das relações sociais nas quais a mesma se insere. (RAMOS, 2010, p. 54-55)

Considerando a organização do ensino básico no Brasil, a etapa do ensino médio tem especial importância devido à sua proximidade com a inserção do jovem no mercado de trabalho. É nessa fase – para os jovens que cursam regularmente o processo de escolarização – que ocorrem as escolhas profissionais e as primeiras

experiências no processo produtivo. Neste sentido, a assimilação da relação dos conhecimentos aprendidos com a sociedade em que vive e trabalha faz total sentido, pois faz parte de seu cotidiano ou está relacionado com as escolhas que terá de fazer.

Entender a sociedade em que está inserido é fundamental para o jovem em formação, pois somente assim poderá tornar-se um membro ativo de seu processo histórico. Conforme apresentam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), é na formação profissional que se torna explícita a relação entre conhecimento científico e sua transformação em força produtiva. A formação capitalista atual destaca a importância da formação para a inserção no mercado de trabalho, o trabalhador fica refém da necessidade de se qualificar para manter-se ou conseguir um emprego, colocando para si a responsabilidade sob sua “empregabilidade”, considerada por Antunes e Alves (2004, p. 347), “palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital”.

3.2 A PROPOSTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Desde a retomada democrática da sociedade brasileira, a Educação Profissional passou por diversas formulações que ora direcionavam para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, desvinculada da Educação Básica e ora articulava formação propedêutica e formação profissional. O primeiro movimento de alteração legal ocorreu através da Lei n. 8.948/94, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, seria a efetiva implantação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dos CEFET's, nos termos da Lei.

Em 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a Lei n. 9.394/96, que incorporou a Educação Profissional como processo educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade, voltado para o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Já no ano seguinte, o Decreto n. 2.208/97 instituiu a separação curricular entre o ensino médio e a Educação Profissional, através da regulamentação dos artigos 39 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB, quando os níveis para a Educação Profissional foram

definidos como básico, técnico e tecnológico. Segundo Ramos (2014), “o nível técnico destinava-se a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro”.

A partir de 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre um movimento de redirecionamento da Educação Profissional. O Decreto n. 5.154/2004, que revogou o Decreto n 2.208/97, buscou restabelecer os princípios norteadores de uma política de Educação Profissional articulada com a Educação Básica. No entanto, o Parecer n. 39/2004, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, apesar de reconhecer a forma integrada como um curso único, considera que os conteúdos do Ensino Médio e os da Educação Profissional de nível técnico são de naturezas diversas, ou seja, mantém-se a dicotomia entre a formação para a cidadania e a formação para o mercado de trabalho.

Já no ano de 2005, é instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), na esfera federal, através do Decreto n. 5.478/2005. Este Programa abrangia cursos e programas de Educação Profissional de formação inicial e continuada e técnica de nível médio destinada à Educação de Jovens e Adultos. Já o Decreto n. 5.840/2006, ampliou o PROEJA para todos os sistemas de ensino. Outro Programa criado neste período foi o Programa Brasil Profissionalizado, através do Decreto no. 6.302/2007, tendo os sistemas estaduais como foco, visando a apoiá-los na implantação da Educação Profissional integrada ao ensino médio.

Através da Lei n. 11.741/2008, os termos do Decreto n. 5.154/2004 foram incorporados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E no mesmo ano, através da Lei n. 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de Educação Profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Conforme Eliezer Pacheco

Como resultado desses debates, a Lei no 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir do potencial

instalado nos Cefets, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. (PACHECO, 2011, p. 49)

A Rede Federal⁷ possui diversas modalidades de ensino, contemplando desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ensino médio profissionalizante, que podem ser integrados, concomitantes, subsequentes ou específicos para formação de jovens e adultos, através do PROEJA, até cursos superiores e pós-graduação. A oferta de vagas deve obedecer à seguinte proporção: 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio profissionalizantes e 20% das vagas para cursos de licenciatura. Dessa forma, pode-se observar que o foco da Rede Federal está na formação de nível médio profissionalizante.

Os Institutos Federais também são caracterizados por possuírem uma estrutura *multicampi*, focando na interiorização da Educação Profissional e tendo como objetivo central o compromisso com o desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da cidadania e a criação de oportunidades de alavancar as diversas regiões do país, tanto economicamente como socialmente está entre as prioridades dos Institutos Federais. Nesse sentido, segundo Pacheco (2011, p. 21) “o desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento”, ou seja, a produção e socialização do conhecimento é fundamental no processo de emancipação dos espaços em que os Institutos Federais estão inseridos.

Já na concepção pedagógica, possui o trabalho como princípio educativo e a emancipação humana como horizonte. Ou seja, contempla os princípios básicos para construção de uma educação politécnica, proporcionando uma formação crítica e unitária, nas palavras de Pacheco (2011, p.15), “agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico)”. Outra característica dos Institutos Federais é a transversalidade entre Educação e Tecnologia e verticalização dos diferentes níveis de escolaridade, proporcionando uma formação mais completa. Esta proposta de Ensino apresenta a indissociabilidade entre a formação para o trabalho e a formação para a vida, segundo Pacheco

7 Neste trabalho Institutos Federais e Rede Federal serão tratados como sinônimos de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (PACHECO, 2011, p. 16)

Ainda conforme o autor, o papel central dos Institutos Federais está na incorporação de setores sociais historicamente excluídos econômica e socialmente. Esse papel social da Rede Federal resgata o compromisso com a cidadania e transformação social, buscando uma formação humana com vistas à superação da exploração e da desigualdade social. Essa proposta educacional só é possível graças à infraestrutura da Rede Federal, garantindo instalações físicas adequadas como salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas especializadas, equipamentos tecnológicos e recursos para custeio de aulas práticas e saídas de campo, constituindo um conjunto fundamental para uma educação de qualidade. No entanto, para garantir esse ambiente fértil à formação humana é necessário que haja garantia de recursos financeiros adequados, pois uma educação de qualidade não ocorre sem investimento público suficiente.

4 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como o Novo Regime Fiscal. O ponto central dessa Emenda é o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação através da correção dos valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ou seja, os gastos públicos não terão aumentos reais nesse período, independente da situação econômica do país ou das necessidades da população, contribuindo para uma piora na qualidade dos serviços públicos ofertados.

A EC nº 95/2016 faz parte de um pacote maior de medidas que visam a promoção de *superavit* primário⁸ para a recuperação econômica, pode-se citar como exemplo a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a reforma administrativa, a reforma tributária, dentre outras, o que torna o cenário ainda mais nefasto aos trabalhadores brasileiros. Segundo Barbosa Filho (2017, p. 57), “a consolidação gradual e a imposição do teto de gastos acompanhada por uma reforma da previdência são passos importantes nessa direção”, referindo-se à recuperação econômica, e acrescenta ainda (*ibid.*, p. 58) “a flexibilização do mercado de trabalho e a permissão da terceirização são outras medidas com potencial de aumentar a produtividade doméstica”.

É nesse cenário de retirada de direitos básicos e ataque aos serviços públicos que o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) precisa ser debatido. A constituição de uma Educação Profissional pública, gratuita e de qualidade é passo fundamental para a promoção de melhores condições de vida e cidadania aos jovens brasileiros, sua garantia, mais do que um incentivo para o desenvolvimento profissional, é uma necessidade para o pleno desenvolvimento do sujeito, para a promoção da redução da desigualdade social.

8 *Superavit* primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros da dívida pública.

4.1 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016

No Brasil, diante da crise econômica e política, agravada a partir de 2014, surge a oportunidade de inserir na pauta econômica do governo a necessidade de implantar um novo regime fiscal que promova cortes no gasto público de maneira sistemática, objetivando uma “reequilíbrio” das contas públicas⁹. Esse Novo Regime Fiscal tramitou na Câmara dos Deputados como Proposta de Emenda Constitucional nº 241 (PEC 241) e no Senado Federal como Proposta de Emenda Constitucional nº 55 (PEC 55), sendo aprovado como Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016). Em linhas gerais, a EC nº 95/2016 congelou os gastos públicos por 20 anos, ou seja, nesse período haverá somente a correção da inflação, através do IPCA, tendo como ano-base os gastos de 2016, não ocorrendo aumento real nos gastos públicos das áreas abrangidas pela Emenda. A EC nº 95/2016 prevê ainda, que a partir de 10 anos de implantação do Novo Regime Fiscal poderá haver uma revisão, que se limitará na alteração do índice adotado para correção inflacionária.

No caso específico da Saúde e Educação o ano-base adotado foi de 2017¹⁰, sendo que a partir de então haverá somente a correção inflacionária. Essas áreas também possuem outra exceção, os gastos podem ser superiores à meta, desde que o gasto total do governo fique dentro do limite posto, ou seja, para que Saúde e Educação tenham aumento real é necessário que outra área tenha redução de gastos. A EC nº 95/2016 não leva em consideração o aumento do PIB nem o aumento demográfico, o que gera distorções significativas no atendimento à população, uma vez que o aumento de pessoas que necessitam desses serviços não terá contrapartida no aumento dos recursos financeiros necessários, conforme alertam Rossi e Dweck

Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população. (ROSSI; DWECK, 2016, p. 01)

Considerando o crescimento demográfico e o atendimento já deficiente em Saúde e Educação não se vê qualquer perspectiva de melhora nessas áreas.

9 Mariano (2017) alerta que as forças do capitalismo central aproveitam as situações de crise para assaltar os interesses públicos nacionais e locais incentivando reformas a favor do livre mercado que levam ao aprofundamento das crises, das desigualdades e da violência.

10 A EC nº 95/2016 estipula que em 2017 os gastos com Saúde e Educação serão fixados em 15% e 18% da receita corrente líquida, respectivamente.

Conforme destaca Mariano (2017), quanto mais o governo investe em serviços públicos menos a população gasta na iniciativa privada comprando esses mesmos serviços. Ainda de acordo com Rossi e Dweck (2016), o Novo Regime Fiscal não é um plano de estabilização fiscal, mas sim um projeto de redução da importância do Estado, representa, portanto, uma concepção do seu papel, onde os serviços básicos não são universais nem precisam ser de qualidade, abrindo, assim, novos mercados à iniciativa privada.

Nesse ponto cabe um destaque, o Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma proposta de emenda constitucional por um único motivo: a desvinculação das receitas destinadas à Saúde e Educação. Ou seja, as áreas mais afetadas, e que possuíam garantia constitucional, são exatamente as mais básicas ao atendimento à população. Outro fator a ser considerado é o engessamento da política econômica, tirando dos cidadãos a possibilidade de escolherem seus representantes com base em seus projetos para investimentos públicos, ou seja, os programas de governo não poderão ser aplicados caso confrontem o teto estipulado pela EC nº 95/2016, conforme destaca Mariano

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico. (MARIANO, 2017, p. 261)

Ao desvincular os gastos públicos de qualquer relação com o crescimento econômico, a longo prazo, ocorre uma retração desses gastos em relação ao PIB. Rossi e Dweck (2016) fazem uma simulação de como os gastos com Saúde e Educação reduziriam em relação ao PIB em 20 anos. Considerando uma taxa de crescimento do PIB de 2,5% ao ano¹¹, acompanhado da receita corrente líquida, com o congelamento das despesas com Saúde e Educação, estas passarão de 4% do PIB em 2015 para 2,7% do PIB em 20 anos. A EC nº 95/2016 estipula que em 2017 os gastos com Saúde serão de 15% da receita corrente líquida e os gastos com Educação de 18% da receita corrente líquida, a partir de então ambos serão corrigidos pelo IPCA, considerando a simulação feita pelos autores, em 2036 estes mesmos gastos passariam a corresponder a 9,4% e 11,3% da receita corrente líquida, respectivamente.

11 A média dos últimos 20 anos para o crescimento do PIB foi de 3%.

Esse cenário que o Novo Regime Fiscal coloca ao Brasil torna-se ainda mais preocupante quando comparado com os países desenvolvidos onde, segundo Mariano (2017), é gasto, em proporção ao PIB, em torno de três vezes mais para assegurar serviços públicos de qualidade. Considerando os gastos com Educação, segundo a OCDE, o Brasil ocupa o penúltimo lugar em relação ao número de alunos contemplados, como mostra Mariano

Quer dizer, segundo dados da OCDE, dentro dos gastos públicos totais do Brasil, a educação até que recebe uma atenção grande, superando a média da OCDE. Porém, quando se divide o gasto pelo total de alunos, o país fica em penúltimo lugar. O alto grau de repetência e evasão acaba inflando o número de alunos e a baixa qualidade do ensino público também sobrecarrega o sistema. (MARIANO, 2017, p. 269)

A priorização do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública não é novidade, em cada governo ele ocupa maior ou menor espaço de acordo com a orientação política do mesmo. No entanto, para os defensores dessa política econômica, no momento de justificar para a população, um argumento torna-se predominante, a comparação com a economia doméstica. Considerando o pouco conhecimento sobre os mecanismos econômicos que a maioria da população possui, torna-se fácil comparar com a situação financeira de suas famílias. No entanto, um país não é uma família, cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar, mas para uma Economia inteira significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Podemos ver um exemplo dessa argumentação com Machado Segundo

Além disso, o pagamento da dívida pública, se no curto prazo parece privilegiar rentistas em detrimento de quem precisa da saúde e da educação públicas, no longo prazo poderá reconduzi-la a patamares significativamente mais baixos, permitindo assim uma redução dos recursos públicos anualmente comprometidos com o pagamento de juros. Fazendo-se uma comparação com a vida financeira de um cidadão, pode-se dizer que o pagamento da dívida do cheque especial permite a ele, nos meses subsequentes, deixar de gastar tanto com os elevadíssimos juros inerentes a essa modalidade de empréstimo, investindo os recursos obtidos a partir de então em finalidades consideradas mais importantes. (MACHADO SEGUNDO, 2017, p. 36)

É importante ressaltar que quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas ela não é afetada pela redução no consumo, exceto por ficar privada desses produtos. Numa Economia o governo não é só consumidor, no momento que ele deixa de gastar ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Ao reduzir o consumo pode afetar os empregos, pessoas desempregadas consomem menos, quanto menor o

consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos, menor a receita do governo, diminuindo a receita é necessário, por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica.

Vale também lembrar as punições previstas no Art. 109, para o caso de extrapolação do teto de gastos, penalizam sempre os trabalhadores, públicos e privados, e a população, que necessita de serviços públicos. Para citar alguns exemplos dessas punições pode-se destacar que ficam vedadas concessões, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração; e criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa. Trocando para uma linguagem mais acessível, isso significa a inexistência de reajuste de salários aos servidores públicos e não contratação de novos. Pode parecer que não contratar novos servidores públicos seja mesmo uma boa medida, no entanto, isso acarretará uma piora na qualidade dos serviços públicos ofertados para a população.

Outra penalidade se refere à vedação de reajuste de despesas obrigatórias acima do valor da inflação. Colocando de forma menos técnica, significa que o salário mínimo, por exemplo, não terá reajuste acima da inflação. Considerando que o salário mínimo serve de parâmetro para quase todos os salários da iniciativa privada, é o mesmo que congelar também os salários dos trabalhadores regidos pela CLT. As penalidades se estendem a proibição de criação de qualquer nova despesa obrigatória, o que significa, num país tão desigual, deixar de atender as muitas necessidades que a população apresenta.

Além da suspensão do projeto constituinte de 1988, o novo regime fiscal revela uma clara opção por uma antidemocracia econômica, inviabilizando a expansão e até mesmo a própria manutenção de políticas públicas para reservar dinheiro público e garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública. (MARIANO, 2017, p. 262)

No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas sempre é focado na redução do gasto, mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos. Medidas como o combate a sonegação, fim de isenções fiscais, taxação de lucros e dividendos¹² poderiam gerar muito mais receita do que o montante de gastos cortados. Mas isso não ocorre gratuitamente, o discurso neoliberal predominante na

¹² Lucros e dividendos são o resultado que as empresas possuem em cada ano financeiro e são distribuídos aos seus acionistas, hoje não há desconto de imposto de renda desses recursos.

sociedade prega que é necessário a redução da máquina pública, que o privado é melhor do que o público, como afirma Grabowski

O neoliberalismo foi tão “eficiente” ideologicamente que chegou a criar um relativo consenso capaz de inviabilizar uma contestação política real e consequente. Uma confusão entre o que é indivíduo e o que é privado, somado à ideia de que tudo o que é público é inimigo de cada indivíduo, gerou uma carga ideológica paralisante e desmobilizadora das ações reivindicatórias de direitos. (GRABOWSKI, 2010, p. 77)

A única forma de reverter a EC nº 95/2016 é através de uma nova emenda constitucional, o que torna bastante difícil para um novo governo implementar. Nesse sentido, Machado Segundo (2017, p. 31) diz que um novo governo “poderá propor ao Congresso, se for o caso, a elaboração de nova emenda, destinada a modificar ou mesmo extinguir o Novo Regime Fiscal, tendo à sua disposição o mesmo ferramental jurídico usado para instituí-lo”. Contudo, essa medida não seria tão fácil assim de implementar, pois os interesses do capital que culminaram na aprovação dessa emenda não ficarão inertes caso surja uma proposta de substituí-la.

4.2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Nesse trabalho foi delimitada a análise ao período pós Constituição de 1988, uma vez que a Emenda Constitucional nº 95/2016 altera seus dispositivos. Segundo Oliveira e Silva (2018) a Constituição de 1988 prevê para a manutenção e desenvolvimento do Ensino, em seu Art. 212, a vinculação mínima de 18% para a União e 25% para os estados e municípios, esses percentuais são calculados sobre a receita de impostos e de transferências. No entanto, essa garantia se refere à Educação como um todo, não especificando o que cabe à Educação Profissional.

Apesar das garantias constitucionais, não havia consenso sobre a concepção de Estado e de Educação que deveriam ser implementados, nesse sentido Ramos (2014, p. 64) afirma que “o Governo Fernando Collor de Mello propôs para o Brasil um modelo de reestruturação econômica e de intervenção do Estado afinado com o ideário neoliberal”. A concepção de Estado que o neoliberalismo traz diz muito sobre a importância que a Educação Pública terá no governo, pois cada modelo de Estado traz consigo uma concepção de Educação e da importância de serviços públicos gratuitos e de qualidade. Sobre a constituição da sociedade capitalista brasileira, Ribeiro, Farenzena e Grabowski afirmam

A organização estrutural de uma sociedade capitalista dependente e subordinada, como a brasileira, reflete-se na política e no financiamento da educação. O fato de sermos uma das sociedades com maior concentração de riqueza e uma das mais desiguais do mundo, configurando uma sociedade desigual e injusta, terá como uma das consequências a oferta de educação desigual para classes desiguais e distribuição desigual de recursos. (RIBEIRO; FARENZENA; GRABOWSKI, 2012, p. 118)

Visando garantir os recursos necessários para a promoção de uma Educação de qualidade o atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) prevê, em sua meta 20, até 2024, a destinação de 10% do PIB para a Educação, o que, segundo Amaral (2017, p. 07), “significa quase que dobrar o volume de recursos financeiros”. Cabe salientar que a prioridade dada para o financiamento da Educação revela a concepção de Estado e de sociedade que os agentes que dominam o poder possuem. Investir em uma educação emancipadora só faz sentido para quem pretende melhorar as desigualdades sociais, não para quem lucra com elas.

Para se ter uma ideia do montante que foi investido em Educação de 1995 a 2016, segundo Amaral (2017, p. 10) “o Poder Executivo teve, em 17 anos do período em análise, de 21 anos, percentuais de reajustes que superaram as inflações dos anos anteriores”. Mesmo com um investimento em Educação Superior à correção inflacionária existem muitas demandas não atendidas, com a EC nº 95/2016 esse cenário será ainda mais desolador, para Amaral (2017, p. 10) “essa limitação comprometerá fortemente a execução de qualquer proposta que se faça para os planos nacionais de educação futuros e que vigorarão no período de validade da EC 95”.

Se o financiamento da Educação como um todo já é preocupante, quando se fala em Educação Profissional o cenário é ainda pior. Segundo Kuenzer e Grabowski (2006, p. 312) “não há, na legislação do Estado brasileiro, a responsabilidade constitucional ou legal de financiamento da educação profissional”. Esse ramo da Educação tem, todo ano, suas verbas orçamentárias, de acordo com Ribeiro, Farenzena e Grabowski (2012, p. 118) “definidas a partir da luta por recursos escassos no processo de elaboração do orçamento geral da união ou programas”. Esses Programas, com “aparência” de políticas sociais, mudam a cada governo e priorizam cada hora um setor diferente da sociedade, carecendo de estabilidade nas ações, como afirma Grabowski

A educação profissional, mesmo ocupando um espaço expressivo nos discursos empresariais e oficiais, propagada no meio empresarial, reivindicada por entidades representativas dos trabalhadores e, frequentemente, destacada nos meios de comunicação, ainda não possui

uma política de financiamento sistemática, permanente e com recursos correspondentes à relevância que lhe é atribuída. Como exceção, podem ser citadas as alocações orçamentárias, realizadas anualmente por governos, para os programas que entendem ser relevantes ou como meios de repasse de recursos para entidades de natureza privada, tais como: escolas privadas, confederações sindicais (patronais e de trabalhadores), ONGs, OSCIPs, programas corporativos empresariais e Sistema “S”. (GRABOWSKI, 2010, p. 69)

Além disso, a maioria dos programas instituídos ao longo dos anos destinou-se, ou priorizou, o setor privado e os estados, em detrimento da Rede Federal. Para citar um exemplo, o FUNDEB, que se destina ao fortalecimento da Educação Básica como um todo, não contempla a Rede Federal, segundo Pacheco (2012, p. 87-88) “as ofertas municipais e federais não são abarcadas pelo fundo, assim como não o são os cursos ofertados na forma subsequente ou concomitante ao ensino médio”. Portanto, para a Rede Federal resta disputar recursos com os demais gastos do governo no momento da definição do Orçamento Geral da União.

Para que a Educação Profissional, em especial a Rede Federal, possa ter um plano de expansão e melhoria dos serviços prestados, com maior tranquilidade financeira, é fundamental que se crie um fundo que reúna todas as fontes orçamentárias e que o governo federal crie obrigações de repasse para esse fundo, além de incluir como beneficiárias todas as instituições que ofertam Educação Profissional. Segundo Pacheco (2012), existem 39 fontes públicas que financiam ações da Educação Profissional. A partir dessa articulação será possível pensar em políticas mais eficientes e duradouras na oferta de Educação Profissional aos jovens brasileiros, desde que haja um comprometimento por parte do Estado com a promoção de uma educação emancipadora.

O Brasil possui, de acordo com Pacheco (2011), quase 30% de jovens entre 18 e 25 anos de idade sem o ensino fundamental completo, aliado à exigência cada vez maior de qualificação no mercado de trabalho, este cenário demonstra um quadro crítico para a quinta maior população jovem do mundo¹³. Esses dados demonstram quão longe se está da universalização da Educação Básica, colocando na ordem do dia a ampliação de vagas e condições de acesso às escolas do país. No entanto, para que se aumente o número de vagas na educação básica, sobretudo na Educação Profissional de nível médio, é fundamental que haja aumento no investimento público para a Educação, infelizmente se tem um movimento contrário a esta necessidade.

13 Ibidem.

Segundo dados do CONIF, a Rede Federal teve redução de recursos de custeio¹⁴ considerável nos últimos anos, fruto das mudanças na política econômica e fiscal do governo, onde a Educação deixou de ter um papel de destaque. Segundo o mesmo órgão, em 2017 seria necessário para a garantia das atividades institucionais R\$ 3,7 bilhões, sendo aprovado pelo MEC o valor de apenas R\$ 2,1 bilhões. No ano de 2014 haviam 415 *campi*, 673.602 matrículas e R\$ 2.363.732.614,00 de custeio, já em 2017 haviam 606 *campi*, 878.682 matrículas e R\$ 2.188.537.801,00 de custeio, ou seja, aumentou o número de estudantes, aumentou o tamanho da estrutura física e reduziram os recursos para custeio.

Este cenário de redução dos recursos orçamentários para a Rede Federal demonstra um sério risco à manutenção da estrutura física e condições de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão necessárias a uma formação politécnica. Sem a garantia de recursos para ampliação de estrutura física, compra de insumos para aulas práticas e oferta de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, fica comprometido o desenvolvimento de atividades fundamentais à educação de qualidade proposta pelos Institutos Federais.

Outro ponto a ser levado em consideração é a possibilidade de contratação, via concurso público, de docentes e técnicos administrativos, em número suficiente para o desempenho satisfatório das atividades acadêmicas. Os dados acima tratam apenas dos recursos de custeio, no entanto, a EC nº 95/2016 abrange todo o gasto com Educação, contemplado também os servidores públicos envolvidos nesta área. A retração dos recursos financeiros gera dois efeitos imediatos no tocante aos servidores da Educação, restringe a contratação de pessoal e limita as possibilidades de melhoria ou manutenção das condições de carreira de quem já é servidor público, gerando precarização e sobrecarga nas condições de trabalho.

A concepção de Educação Profissional não pode estar desvinculada da garantia de recursos para sua implantação. Oliveira (2009, p. 53) afirma que “a questão que ora se coloca diz respeito não apenas a uma concepção de formação profissional e de nível médio a ser implementada, mas fundamentalmente à disponibilidade de recursos para que tal projeto possa tornar-se realidade”. Nesse sentido, lutar por uma Educação Profissional politécnica, emancipadora, pública, gratuita, é lutar por mais recursos para a educação pública.

14 Recursos de custeio são àqueles destinados ao pagamento dos serviços necessários para o funcionamento da Instituição, como luz, água, alimentação, aluguel, compra de materiais de consumo.

4.3 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 E CONTINGENCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS

Tendo em vista que nos últimos anos têm ocorrido contingenciamento dos gastos do governo federal, principalmente no segundo semestre do ano, faz-se necessária uma diferenciação entre o teto dos gastos, previsto na EC nº 95/2016 e um contingenciamento orçamentário, que pode ser feito ao longo do ano fiscal. Após a aprovação do orçamento para o ano, mesmo durante a sua execução, o governo pode bloquear uma parte desse orçamento previsto pelas mais variadas razões, esse bloqueio, se não for liberado antes do final do exercício fiscal, tornar-se-á um corte orçamentário. Quando o bloqueio vai até o final do ano e, efetivamente, não é liberado para utilização, ele influenciará o orçamento do próximo ano devido à EC nº 95/2016.

Este efeito de cortes em um ano para o orçamento do ano seguinte não ocorria antes da EC nº 95/2016, no entanto, após sua aprovação, em seu inciso II do § 1º do art. 107 fica estabelecido que o valor do orçamento no ano seguinte será igual ao limite referente ao ano corrente corrigido pela inflação, ou seja, esse limite refere-se ao que o governo efetivamente liberou para empenho¹⁵. Conforme pode-se verificar no próprio texto da Emenda

Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

[...]

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:

[...]

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior] a que se refere a lei orçamentária. (BRASIL, 2016)

Isso demonstra que a EC nº 95/2016 pode limitar ainda mais as possibilidades de reivindicações por mais orçamento para Educação, uma vez que há dispositivo legal que corrobora o discurso de que não há recursos suficientes para investir mais nessa área. O risco de que, a longo prazo, o financiamento da educação pública vá minguando está posto, cabe aos educadores, estudantes e sociedade civil como um todo, se colocar na perspectiva de rompimento com essa lógica de redução do papel

¹⁵ Empenho é a destinação de um determinado montante de dinheiro público para uma empresa contratada pelo setor público, é uma garantia que esse dinheiro será destinado à ela após a execução do serviço ou entrega de bens.

do Estado na sociedade, através da organização de movimentos sociais e ampliação dos mecanismos de participação da sociedade na vida política do país.

Além da necessária mobilização para estancar a retirada de direitos básicos, esses movimentos devem lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016. Apesar dessa revogação ser possível apenas com outra emenda constitucional, a pressão social pode ter força suficiente para exigir dos parlamentares a aprovação dessa medida. A simples manutenção do ordenamento jurídico presente no país nesse momento já representa o fim dos serviços públicos de qualidade ofertados à população. Torna-se vital que o congelamento dos gastos públicos não ocorra por mais duas décadas, caso contrário não sobrarão quase nada para defender.

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na obtenção das respostas necessárias a este estudo se caracterizou por uma abordagem qualitativa, esta escolha se deu em virtude da necessidade de compreender o objeto de estudo para além de seus aspectos quantificáveis. Conforme aponta Jacobini (2011), as pesquisas em ciências humanas precisam captar o sistema de significações e intenções ao qual o homem está inserido, exigindo assim, um método diferente do utilizado nas ciências naturais. A pesquisa qualitativa oferece algumas técnicas e métodos que permitem captar a subjetividade do sujeito da pesquisa, conforme mostra Triviños

Mas, sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 69)

Para análise dos dados, optou-se pela análise crítica do discurso (ACD), por se considerar necessária a captação de outros sentidos além dos posicionamentos explícitos no texto, como apresentado por Fairclough (2001, p. 91), o discurso é uma prática de significação do mundo, contemplando “as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes”. A análise crítica do discurso contempla aspectos que vão além do conteúdo escrito, considerando um contexto mais amplo, de acordo com o autor

A análise textual pode ser organizada em quatro itens: ‘vocabulário’, ‘gramática’, ‘coesão’ e ‘estrutura textual’. Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103-104)

A análise de uma perspectiva de intertextualidade permite a identificação da constituição de um sujeito coletivo, conforme aponta Fairclough (2001, p. 170), “a posição que vou adotar aqui é que a intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos

processos de constituição do sujeito”. Esses discursos apresentam o que o autor chama de relações intertextuais verticais, pois apresentam discursos individuais que tornam-se um discurso coletivo na medida em que trazem os mesmos posicionamentos acerca de um assunto.

Através da ACD é possível verificar como as diferentes concepções de Estado manifestam-se nos discursos dos sujeitos. De acordo com Wodak (2004, p. 226), “os conceitos de ideologia, poder, hierarquia e gênero social, assim como variáveis sociológicas estáticas, foram considerados relevantes para a interpretação ou explicação do texto”. Nessa mesma perspectiva, Luke (2000, p. 105) defende que “a análise crítica do discurso, portanto, emprega técnicas disciplinares de análise textual para ver como os textos constroem representações do mundo, das identidades e das relações sociais”. A disputa pelo modelo de Estado está presente em todos os espaços da vida, uma vez que o discurso dominante só possui este *status* devido à hegemonia que exerce na sociedade.

Conforme Wodak (2004, p. 236), “um dos objetivos da ACD é ‘desmistificar’ os discursos decifrando as ideologias”, ou seja, os discursos, falados ou escritos, possuem diferentes ideologias que estão em disputa entre si, ora uma pode ser predominante, ora outra, por essa razão pode-se verificar contradição dentro de um mesmo discurso. Para a realização dessa pesquisa foi fundamental levar em consideração essas disputas ideológicas que ocorrem na sociedade, os embates nas relações de poder que estão presentes no cotidiano dos sujeitos, nesse sentido, Luke afirma que

Os discursos constituem aquilo que Wittgenstein chamou de “formas de vida”, modos ubíquos de conhecer, avaliar e experimentar o mundo. Podem ser usados para a asserção de poder e conhecimento, e para propósitos de resistência e crítica. São usados em textos locais cotidianos para a construção de conhecimento e poder produtivo e para propósitos de regulação e normalização, para o desenvolvimento de novas relações de conhecimento e poder, e para a conquista de hegemonia. Se aceitarmos a visão pós-estruturalista da primazia do discurso, a análise do discurso em uma perspectiva crítica é então necessária para a descrição, a interpretação, a análise e a crítica da vida social. (LUKE, 2000, p. 106/107)

Um contraponto ao discurso dominante é a verificação da necessidade imediata da vida, onde a falta de Saúde e Educação é mais latente do que o discurso de eficiência do Estado, pois está externalizada na vida diária dessas pessoas. Nesse sentido, a análise buscou tanto elementos que demonstram a naturalização de discursos hegemônicos, como também elementos de resistência.

Conforme Brittes (2015, p. 106), “a hegemonia como um processo de movimento discursivo pode ser produzida, reproduzida, contestada e transformada no discurso”.

Para desenvolver o estudo necessário à resolução do problema de pesquisa, foi realizada, inicialmente, uma revisão bibliográfica a fim de reunir as produções sobre o tema em questão. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o intuito de obter informações a respeito dos efeitos nesses primeiros anos de vigência da EC nº 95/2016 e as perspectivas para o futuro e, através da ACD, compreender como esses sujeitos se posicionam frente a esta Emenda. Por se tratar de um estudo bastante amplo, optou-se por delimitar o foco dessa análise no âmbito do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, considerando sua oferta de ensino médio integrado. As entrevistas foram realizadas com 11 servidores, dentre eles gestores, docentes e técnicos administrativos, no intuito de captar suas concepções em relação ao tema pesquisado. Entender como estes sujeitos se veem afetados por uma política tão relevante é fundamental para mostrar como as hipóteses formuladas teoricamente e as constatações no nível macro se manifestam em uma Instituição específica, que é onde ocorre o Ensino propriamente.

Em relação à escolha dos entrevistados, ocorreu de maneira a proporcionar uma visão mais ampla sobre a realidade institucional, sendo priorizados técnicos administrativos em educação que trabalham em diferentes setores administrativos, como a infraestrutura, a assistência estudantil, os laboratórios. Já entre os professores buscou-se contemplar diferentes áreas do conhecimento, uma vez que a utilização de materiais e estrutura física acaba variando de acordo com a área do entrevistado. Por fim, buscou-se contemplar todas as direções sistêmicas do *Campus*, incluindo a Direção Geral, pois estes servidores, pela característica das funções que ocupam, possuem uma visão mais geral da vida institucional.

A escolha por entrevista semiestruturada se deu em virtude da flexibilidade dada ao sujeito para expressar sua opinião de modo aberto, no entanto, obedecendo a um itinerário mais ou menos proposto, garantindo que os tópicos mais importantes a serem levantados sejam respondidos por todos os entrevistados. Outra vantagem desse tipo de método de geração de dados é apontada por Zanette (2017) como a possibilidade de solicitar esclarecimentos no ato da entrevista, facilitando a compreensão por parte do pesquisador. Por fim, este método estabelece uma relação não hierárquica entre o pesquisador e o entrevistado, garantindo assim um diálogo entre ambos, conforme destaca Ludke e André

Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33-34)

O desenvolvimento deste estudo por meio de entrevistas semiestruturadas teve como benefício indireto para os entrevistados a obtenção de mais conhecimento sobre o tema abordado. Já em relação aos riscos envolvidos, considera-se que foram mínimos aos participantes, dentre os quais a possibilidade de cansaço ao responder às perguntas, bem como a possibilidade de algum constrangimento suscitado por alguma pergunta, uma vez que, se refere a assuntos relacionados ao seu local de trabalho. Por fim, a utilização das informações fornecidas primou pelo total sigilo quanto à privacidade dos entrevistados, os sujeitos da pesquisa não foram identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

O *Campus* Santo Ângelo foi escolhido, em detrimento dos demais *campi* em razão de ser o *Campus* onde trabalha a pesquisadora, sendo de seu conhecimento prévio alguns impactos causados pela EC nº 95/2016. Cabe ressaltar ainda que este *campus* foi fundado em dezembro de 2014, estando com apenas 2 anos de vida institucional quando da aprovação da EC nº 95/2016, sendo portanto, uma das unidades do IFFAR que mais sofreu com a diminuição dos recursos provocados pela Emenda e pela conjuntura de crise criada para justificar e fortalecer a necessidade de sua aprovação.

6 AS MANIFESTAÇÕES IDEOLÓGICAS NOS DISCURSOS DOS SUJEITOS

A presente análise foi desenvolvida tendo como método a Análise Crítica de Discurso, buscando nas respostas dos entrevistados elementos oriundos de teorias e concepções de Estado, que refletem em modelos de gestão pública e de educação, defendida por estes sujeitos. Esses posicionamentos ideológicos presentes no discursos muitas vezes ocorrem de maneira inconsciente. O sujeito reproduz elementos constituintes de teorias que são internalizadas por diversos canais, como a imprensa, a escola, os discursos do senso comum.

Cabe ressaltar, que dentre os entrevistados encontram-se gestores, docentes, técnico administrativos em educação, a fim de captar um quadro mais significativo dos diferentes papéis desempenhados dentro da Instituição. Para facilitar a análise e tornar a leitura mais fluída, será adotado, nessa análise, o código E1 para identificar o Entrevistado 1, E2 para o Entrevistado 2 e assim sucessivamente. Será adotada a análise das respostas por ordem das perguntas efetuadas, a fim de destacar as diferenças nas respostas dadas, possibilitando a identificação de divergências e convergências.

A primeira pergunta questiona qual o conhecimento que o entrevistado têm sobre o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016 e se já participou de algum debate sobre o assunto. A maioria dos entrevistados manifestaram desconhecer ou conhecer muito pouco a Emenda Constitucional nº 95/2016. Os entrevistados que se arriscaram a dizer o que sabiam demonstraram confusão em relação à sua abrangência, sendo comum aparecer nas respostas de que esta Emenda congelou os gastos com investimentos para a Educação, como se os gastos com custeio não fizessem parte dela, essa confusão ocorreu inclusive com o entrevistado que participou de um debate sobre a Emenda.

Já a respeito de ter participado de algum debate sobre o assunto, apenas 1 entrevistado afirmou ter participado de um momento dessa natureza, os demais tiveram apenas conversas com colegas de trabalho ou ouviram/leram notícias relacionadas. Dos entrevistados que não participaram de nenhum debate, alguns manifestaram que não tiveram conhecimento de nenhum debate organizado com essa temática, no entanto, ficou evidente nas respostas que os entrevistados tinham ciência da carência de informações sobre esta Emenda. De modo geral, pode-se

dizer que há um oníssonio nas respostas de todos os entrevistados: pouco conhecimento, necessidade de maior debate e confusão quanto à amplitude dessa política.

A segunda pergunta feita foi se o entrevistado considerava que os recursos que têm chegado até a Instituição são suficientes para o atendimento das necessidades de materiais de consumo e equipamentos relativos ao funcionamento dos laboratórios da Instituição. Os entrevistados manifestaram que o montante de recursos é insuficiente para atender as necessidades dos laboratórios, não apenas dos existentes mas dos que ainda nem foram implantados devido a falta desses recursos. Apenas um entrevistado ponderou que os recursos são suficientes para atender a demanda atual naquilo que é mais básico, essencial.

Destacou-se que os pedidos de materiais e equipamentos são sempre para suprir as demandas emergenciais, pois já é de conhecimento que não adianta pedir tudo o que precisa porque não tem dinheiro para adquirir. Este posicionamento fica evidente na resposta de E1: *// a gente tem que escolher... o que tem prioridade de comprar porque não pode gastar muito //*, que acrescenta ainda, *// às vezes nem o que é mais urgente a gente consegue né //*. Esta cultura institucional que está se criando acaba por criar barreiras já no planejamento de atividades por ser de conhecimento prévio que não tem recursos para pôr em prática, então, o impacto é muito maior do que as necessidades manifestas que não são atendidas.

Essa cultura acaba minando a própria criatividade no momento de pensar nas atividades a serem propostas aos estudantes, tendo como preocupação constante se haverá recursos para adquirir os insumos ou equipamentos necessários, como mostra E1, *// a gente pede alguma coisa, pede preocupado com o valor que vai dar //*. Além disso, cria uma atmosfera de constante preocupação quanto ao futuro da Instituição como mostra E11, *// ele [falta de orçamento] prejudica exatamente o que? Até a nossa... digamos, a nossa permanência né, permanência da Instituição, porque nós precisamos de mais investimentos //*. O efeito que isso tem numa Instituição é muito grande, pois vai desestimulando o próprio trabalho desses servidores, fortalecendo a intenção de sucatear os serviços públicos para parecerem ineficientes, primeiro passo da lógica de privatização de tudo o que ainda é público.

Sobre essa pergunta cabe ressaltar ainda um ponto da resposta de E9, este manifesta que o maior problema é a Instituição não saber quanto de orçamento terá efetivamente no ano, para que assim possa planejar o que poderá ser feito de fato,

segundo ele // *a gente tá pensando ações que são justas né, que são necessárias, que (...) auxiliam na questão do conhecimento dos alunos, na qualidade do Ensino e tudo o mais, mas a gente tá com uma expectativa muito além daquilo que realmente vem* //. Ao colocar dessa forma entra-se exatamente na lógica apontada anteriormente, de conformação, de se adaptar com o que vem de recursos, fazendo o que for possível, mesmo que isso seja insuficiente.

Essa ideia de adaptação ao que é ofertado de orçamento converge com o discurso dominante de que o serviço público precisa ser eficiente numa lógica de mercado, ou seja, oferecer minimamente o que propõe com o mínimo de custo possível. Esse discurso faz parte dos pilares da concepção de estado mínimo, onde o Estado é visto como uma empresa, onde a redução de custos precisa estar entre as prioridades da gestão, mesmo que em detrimento da qualidade dos serviços ofertados. Com esse pensamento, coloca-se de lado o custo social de ofertar uma educação mediana para ser barata, os efeitos a longo prazo custarão muito mais que os recursos economizados no presente, pois o desenvolvimento de tecnologia de ponta, de soluções inovadoras e tantos outros avanços científicos são um ativo que não pode ser medido no presente, e são a parte determinante para a emancipação de um país.

Em relação à terceira pergunta foi questionado desde que o entrevistado entrou na Instituição, como avalia a destinação de recursos para o atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (viagens, dias de campo, projetos). A opinião geral foi de que faltam recursos para desenvolver essas atividades, alguns entrevistados manifestaram não ter conhecimento e outros afirmaram que o montante de dinheiro que vem pra instituição é bem distribuído, apesar de ser insuficiente. Já E4 manifestou preocupação em relação ao número de alunos aumentar e esse recurso não acompanhar esse aumento, // *quanto mais alunos a gente tiver, eu acredito que menos atividades a gente vai poder realizar com eles* //. Esse mesmo entrevistado acrescentou ainda que muitas atividades deixam de acontecer em face da falta de recursos financeiros

// Às vezes, muitos pesquisadores querem desenvolver um projeto que dê maiores resultados pra sociedade mas às vezes não tem... não tem taxa de bancada pra realizar né... até os professores, os coordenadores de curso não conseguem realizar muitas viagens de estudo pela questão do orçamento //. (Entrevistado 4)

Vale lembrar que os projetos de ensino, pesquisa e extensão possuem reservas obrigatórias, correspondendo a 1%, 1,5% e 1,5% do orçamento do *Campus*¹⁶, respectivamente. No entanto, se o orçamento não tem aumento real tampouco essas reservas terão. O investimento em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão complementam a formação de sala de aula, contribuindo para o processo de aprendizagem. Nesse sentido, E8 manifesta que *// falta recursos, sim, (...) eu acho que a gente tinha que ter mais recursos pra Pesquisa, pra Extensão, sem sombra de dúvida, porque isso ia contribuir pro aprendizado dos alunos //*, concluindo que nessa situação os mais prejudicados são os alunos.

Nessa pergunta destaca-se a resposta de E9, este defende uma visão meritocrática na destinação de recursos para estes projetos, colocando a disputa pelos melhores projetos como a solução para a falta de dinheiro, defende que *// repensando a forma como os projetos devem ser feitos ou pensando numa classificação, de repente, dos melhores projetos, fazer uma distribuição de recurso de acordo com isso, talvez tivesse um efeito diferenciado //*. Ao colocar a questão dessa forma, reforça a visão de que o dinheiro público é desperdiçado quando investido em determinados projetos e que a eficiência, sem dizer como pode ser medida, deve ser o parâmetro pra julgar a relevância de uma atividade em detrimento de outra.

A lógica presente nesse trecho tem um fundamento bem mais profundo do que aparenta. Nesse discurso estão presentes as diferentes visões sobre a destinação do dinheiro público. Ao considerar que, num cenário de restrição orçamentária, é necessário ranquear diferentes projetos para que apenas os melhores tenham financiamento, defende-se uma ideia de privilégios que pode ser muito devastadora no ambiente acadêmico. Ao comparar diferentes projetos, que possuem o envolvimento de diferentes áreas, com diferentes objetivos, coloca-os na vala comum da lógica de mercado, como se todos os estudos pudessem ser reduzidos a um coeficiente comum, um parâmetro quantitativo de relevância, onde permitisse um ranqueamento.

O entrevistado E9 segue aqui a mesma lógica já manifesta na pergunta anterior, onde sugere-se como saída para a falta de investimento a adaptação e conformação, acrescenta ainda que *// a gente sempre espera que venha recursos*

16 Orçamento total do IFFAR Campus Santo Ângelo para 2020, descontado o valor da assistência estudantil que não entra no cálculo das despesas obrigatórias, é de R\$ 1.714.282,00.

suficientes pra gente fazer tudo aquilo que deseja né, mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que existe um certo há... desperdício, digamos assim, de recursos //. Ranquear projetos de áreas tão diversas como são todas as áreas do conhecimento que coabitam a Instituição é priorizar algumas áreas em detrimento de outras, como julgar um projeto de Artes em comparação com um de Física?

A questão que aparece nessas respostas revela um problema que a ciência nacional enfrenta no âmbito de todas as instituições de pesquisa e desenvolvimento científico, o atendimento das necessidades do mercado. Esse fator se apresenta de duas formas, uma delas se refere a transferir a lógica de mercado para dentro da instituição de ensino, colocando a lucratividade como um objetivo a ser alcançado, máximo de eficiência com menor custo. Mas também revela a necessidade que a sociedade do capital coloca de utilizar esses recursos públicos, que são destinados às universidades públicas, para o desenvolvimento de soluções que trarão maior lucratividade na iniciativa privada, ou seja, no momento de escolher entre um projeto que resolve uma demanda social ou de um projeto que atender uma demanda do mercado, qual apresentará maior retorno financeiro?

A privatização do que é público não se dá apenas privatizando diretamente a prestação do serviço, mas também privatizando os objetivos buscados no momento de realização de projetos e desenvolvimento de soluções e inovações. Se a busca pelo lucro e a solução de problemas de produtividade e inovação para o mercado estiver à frente da busca de soluções para problemas sociais, que nem sempre geram efeitos econômicos, então o público já é privado, na essência. É essa análise que precisa estar presente no momento da gestão definir as prioridades de uma instituição pública, afinal para que estamos aqui? Que interesses devem ser atendidos? Qual o papel social que esta instituição tem como central?

A quarta pergunta questionou se, na opinião do entrevistado, a Instituição oferece um número satisfatório de bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Os entrevistados manifestaram que consideram insatisfatório esse número de bolsas, exceto um que apenas disse que sim. Alguns entrevistados ponderaram que antes o número era satisfatório mas que nesse ano, referindo-se a 2019, a situação havia piorado muito, tornando o número de bolsas insuficientes. A questão central que apareceu nas respostas refere-se ao contingenciamento de gastos, promovido pelo governo federal, que apenas no final do ano foram descontingenciados, sendo tarde

demais para recuperar as atividades que haviam sido canceladas diante da incerteza quanto à liberação desses recursos.

Cabe destacar que E1 ressaltou um fator muito importante que denota a precarização do trabalho desenvolvido pelos estudantes, referindo-se ao fato de que muitos atuam como voluntários devido à falta de bolsas. O Entrevistado considera injusto que alguns possuem bolsas e outros não, acrescenta que *// alguns fazem só trabalho voluntário aqui, mas todos trabalham junto e fazem o mesmo tipo de trabalho, então o ideal seria se todos eles ganhassem né, já que o trabalho que eles tem feito é em conjunto //*. Além da questão financeira envolvida, onde muitos não recebem nada pelo trabalho desenvolvido, essa questão reflete outro problema presente no mundo da pesquisa, principalmente, onde a falta de incentivo financeiro acaba por criar barreiras aos estudantes trabalhadores. Muitos desses jovens não podem se dedicar a atividades não remuneradas, sob pena de comprometer sua própria subsistência, criando assim uma cisão ainda maior entre aqueles que podem se dedicar exclusivamente aos estudos e aqueles que precisam garantir o provento seu e/ou da família.

A questão explicitada aqui revela uma dicotomia presente na academia que é reflexo de uma dicotomia social. Para esses jovens que encontram-se em uma situação de vulnerabilidade social a precarização do trabalho começa já na escola. Ao obrigá-los a trabalhar gratuitamente para terem alguma chance de seguir uma trajetória acadêmica se reproduz a precarização nas condições de trabalho presentes na sociedade. Além disso, justifica-se essa exploração de trabalho não pago, com o discurso de que não há dinheiro público para retribuir os serviços prestados, quando a questão central deveria ser porque não tem mais dinheiro para investir nesses jovens? Para onde está indo o dinheiro público?

Em relação a quinta pergunta, sobre como o entrevistado avalia a estrutura do *Campus* para o atendimento dos cursos existentes, houve uma divisão nas respostas, parte dos entrevistados consideram a estrutura satisfatória, com a ponderação de que atende apenas aos cursos já existentes, e parte considera insatisfatória, por entenderem que faltam muitos espaços importantes para o desenvolvimento das atividades, como ginásio de esportes, laboratórios específicos, espaço de convivência, etc. De modo geral, pode-se concluir que há uma concordância de que a estrutura atual não atende aos cursos que se planeja implantar.

A sexta pergunta realizada foi o que o entrevistado pensa a respeito dos recursos destinados à Assistência Estudantil¹⁷. A maioria das respostas foi no sentido de que é suficiente para atender a demanda existente, apesar de alguns reconhecerem possuir pouco conhecimento sobre valores e demandas relacionadas. No entanto, o responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*, que parece ser a pessoa com maior conhecimento sobre o tema, considera que os recursos são insuficientes. A Assistência Estudantil possui como reserva obrigatória o montante de 5% do orçamento de custeio do *Campus*, ou seja, também é impactada pelo congelamento real dos recursos financeiros destinados à Instituição, como afirma E5, // *temos o 5% do orçamento de custeio do Campus, só que com a redução do orçamento do Campus, automaticamente, 5% fica menos, torna-se insatisfatório //*.

Cabe ressaltar ainda que o atendimento da Assistência Estudantil abarca a alimentação e as bolsas de auxílio permanência, sendo um fator fundamental para garantir o êxito de alunos em condição de vulnerabilidade social, como afirma E3, // *eu acho bem importante... que eles recebem bolsas de assistência ou auxílio-transporte né... eu acho bem relevante pra que eles consigam permanecer na Instituição //*. Outro reflexo que a verba insuficiente da Assistência Estudantil causa é no atendimento de fornecimento de alimentação para atividades complementares, como a participação em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como ressalta E7, // *o que eu sinto falta é... para os projetos de Ensino, de Extensão, não tem almoço para os alunos, eu acho que tem muitos alunos que não ficam à tarde porque eles precisam pagar o almoço //*.

O papel que a Assistência Estudantil desempenha na qualidade e garantia de acesso dos estudantes trabalhadores à formação acadêmica é determinante. Se um jovem não possui condições familiares de se dedicar integralmente aos estudos é papel e dever do Estado garantir esse direito. Mas aqui entra-se de novo na concepção de Estado que se pretende construir. Um Estado que proporciona condições de igualdade de acesso a uma educação de qualidade não é o mesmo Estado que prima pela meritocracia e que fortalece as desigualdades presentes na sociedade, reproduzindo-as dentro da estrutura educacional.

A última pergunta feita foi se considera que o congelamento dos gastos com educação, provocados pela Emenda Constitucional nº 95/2016, poderá comprometer

17 Em 2019 o orçamento destinado à Assistência Estudantil foi de R\$ 545.481,25 para custear gastos com alimentação, bolsas e auxílios.

a qualidade do ensino ofertado pelos Institutos Federais. As respostas foram unânimes de que, com certeza, impactará negativamente. A maioria dos entrevistados acrescenta ainda preocupação quanto ao futuro da Instituição se essa Emenda não for substituída. A maior preocupação se refere ao sucateamento que decorrerá pela falta de condições de manter a estrutura e a realização das atividades que fazem parte da cultura organizacional, como demonstra E1

// Eu acho que as coisas vão acabar sendo sucateadas nesse tempo todo, começa a estragar, começa a defasar, começa a precisar adquirir equipamento novo, não tem como... e daí acaba ficando nessa... nessa crise digamos assim, de não conseguir manter uma estrutura, acho que esse é o principal problema: não consegui manter a estrutura que hoje tem por tanto tempo, porque, realmente, eu acho muito tempo assim pra... pra permanecer com as coisas que tem, tanto por que os alunos vão aumentar, quanto porque outras coisas vão ser necessárias: modernização de laboratórios, por exemplo //. (Entrevistado 01)

A correção do orçamento destinado ao *Campus* apenas pela inflação não é suficiente para atender o aumento de demanda que uma Instituição em expansão exige, segundo E3, *// só corrigido pela inflação eu não vejo como manter a mesma qualidade, a mesma... a mesma prestação de serviço né... alguma coisa vai ter que ser cortada ou tu não vai mais buscar tantos alunos né... então eu acho que afeta bastante //*. Já E6 complementa que *// com certeza o impacto vai ser bastante negativo pra ... pra todas as Instituições, e eu vejo pra nós, mais ainda né, que somos ainda uma Instituição, um Campus ainda em processo de implantação né //*. Nesse sentido, E5 acrescenta

// Com o aumento crescente dos gastos, a deterioração dos prédios, dos mobiliários, dos laboratórios, a falta de... de previsão pra novos servidores, tudo isso influencia né... então o ensino... o nosso ensino, ele pode ficar bem comprometido. Não sei até quando nós teremos fôlego pra suportar esse momento //. (Entrevistado 05)

Essa situação financeira das instituições públicas captura sua autonomia frente a interesses políticos, pois, para manter um funcionamento com um mínimo de qualidade, terá que barganhar recursos extras, como o proveniente de emendas parlamentares, como alerta E4, *// daqui a pouco a gente vai ficar dependendo exclusivamente de emendas parlamentares ou daqui a pouco de novas... novos programas do Governo Federal assim, pra tentar suprir uma carência de recursos que ele mesmo criou //*. Ao comprometer o funcionamento das instituições públicas compromete-se também o papel social que elas cumprem, complementando o trecho anterior E4 acrescenta, *// aqui no Instituto a gente ajuda pessoas assim,*

desde baixa renda, classe média, classe alta né... É uma Instituição aberta pra todos e a gente tem uma função social muito importante //.

Nessa pergunta destaca-se, em contraponto às demais respostas, a declaração de E11, que considera que a EC nº 95/2016 impacta parcialmente na qualidade do Ensino ofertado, pois considera que é no professor que está a chave para o sucesso da aprendizagem, segundo ele a falta de orçamento // *compromete em termos, que a gente tá falando qualidade do Ensino né, porque qualidade no Ensino hoje... nós temos muita qualidade porque tem um corpo docente muito qualificado //.* Ao colocar dessa forma fortalece a visão do professor como a única fonte do conhecimento, ignorando ou dando pouca importância para aquelas atividades que complementam a sala de aula, onde os estudantes aprendem entre si e em sua relação com a sociedade.

Ao concluir as perguntas, os Entrevistados foram questionados se gostariam de acrescentar alguma coisa ao que já fora respondido, todos que se manifestaram demonstraram preocupação com a longevidade da EC nº 95/2016, considerando que seus efeitos são cumulativos e se potencializam ao longo dos anos. Alguns manifestaram também a necessidade de se promover espaços ou formas que oportunizem obter mais conhecimento sobre essa Emenda, como ela impacta na Instituição, etc. De modo geral, exceto algumas divergências pontuais, pode-se dizer que todos os entrevistados consideram que a EC nº 95/2016 impacta muito no desenvolvimento das atividades promovidas pelos Institutos Federais, comprometendo sua qualidade e abrangência, inclusive o papel social que essas Instituições cumprem hoje.

Outro elemento que se destacou na análise das respostas dadas pelos entrevistados é a existência de um discurso coletivo, onde elementos comuns de análise da realidade aparecem em várias respostas. Esse fenômeno repercute na criação de uma voz coletiva, onde o posicionamento individual se fortalece no posicionamento coletivo. Não se trata apenas da opinião de um indivíduo mas da percepção de um grupo que vivencia o mesmo ambiente de trabalho. Apesar de algumas vozes destoantes, a maioria dos entrevistados apresentaram a mesma preocupação em relação a qualidade da educação que será ofertada pelos Institutos Federais. Esses sujeitos, com diferentes formações acadêmicas e diferentes trajetórias pessoais, apresentam um ponto de convergência: a necessidade de se ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir a educação num contexto mais geral é imprescindível contextualizá-la na sociedade em que está inserida. A educação serve a um modelo de sociedade e é construída de acordo com esses interesses. É a partir desse pressuposto que qualquer análise sobre o papel da educação ou a importância que esta recebe deve partir. Não é possível desvincular os interesses que são atendidos por determinado modelo educacional de sua constituição em si. A educação serve à interesses dominantes e tem sua importância na sociedade definida por esses mesmos interesses.

A Educação brasileira passou por diversos momentos em sua história, mas pode-se destacar que oscilou entre dois momentos distintos, aqueles que se tratou da educação de maneira unitária, contemplando a Educação Básica e a Educação Profissional, e aqueles em que houve uma cisão entre esses elementos da formação humana. Quando se optou por uma separação entre Educação Profissional e Básica foram os momentos de maior precariedade na educação, pois dividiu-se em duas partes a formação dos jovens, isso quando não houve uma organização para que esse jovem escolhesse qual das duas seguiria, deixando a formação ainda mais deficitária.

Partindo dessa dualidade na Educação brasileira, cabe destacar o papel dos Instituto Federais. Essa experiência de educação representa, desde sua constituição, uma aposta no modelo de educação emancipadora, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades humanas, numa perspectiva de pleno desenvolvimento do sujeito. Ao proporcionar uma educação técnica aliada à formação geral, que prepara o jovem tanto para o mercado de trabalho quanto para a vida em sociedade, numa ideia de unidade, de formar por inteiro, oferece a possibilidade de uma constituição integral desse jovem, que encontrar-se-á preparado tanto para os desafios da vida quanto para os do mundo do trabalho.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 surge num contexto de precarização dos serviços públicos, numa lógica privatista e de desestruturação do Estado como mantenedor de direitos sociais básicos. Ao limitar os gastos públicos à revelia das condições econômicas e populacionais de um país, coloca de lado o papel social da

constituição de um Estado. Ao limitar gastos com Saúde e Educação, considerando a deficiência que o Brasil possui na oferta desses direitos básicos, aposta num modelo de Estado onde a eficiência econômica, numa perspectiva empresarial, está acima das necessidades e benefícios sociais que poderiam ser obtidos com esses serviços. Ao considerar a gestão do Estado como a gestão de uma empresa, rompe-se com seu papel social, com sua missão de reduzir as desigualdades sociais e garantir os direitos básicos da população.

Conforme pode ser observado nas respostas obtidas neste estudo, a limitação dos gastos públicos provoca um efeito devastador na oferta de uma educação pública, universal e de qualidade. Não é possível garantir a continuidade da proposta pensada pelos Institutos Federais sem investimento público suficiente para manter a estrutura, o quadro de servidores, a compra de materiais e equipamentos e a política de assistência estudantil existentes hoje. O efeito a longo prazo passa pela precarização dessa oferta de educação pública, culminando em propostas de privatização, direta ou indiretamente.

Diante desse quadro de desestruturação dos serviços públicos, em especial da educação pública, cabe a participação da sociedade civil nas instâncias políticas presentes na sociedade, formais e não formais. Através da mobilização social em torno da defesa da educação pública e dos direitos sociais, reivindicando a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, é possível fazer frente ao avanço dessas políticas de cunho neoliberal. A defesa de uma sociedade mais justa passa pela defesa de uma educação pública, laica, de qualidade e emancipadora.

Como resultado dessa pesquisa, e a partir da constatação da necessidade da participação da sociedade civil das discussões sobre essa Emenda Constitucional, elaborou-se produto educacional que informe do que se trata a Emenda e quais os seus reflexos imediatos. Considerando a necessidade de apresentar o conteúdo de maneira didática e com conceitos básicos, para fácil assimilação, optou-se pela confecção de um pôster informativo, pois defende-se que a informação, o debate e a instrução são imprescindíveis para que esta participação se efetive.

8 PRODUTO EDUCACIONAL

Ao desenvolver este estudo verificou-se a confusão que os participantes da pesquisa faziam em relação à abrangência da Emenda Constitucional nº 95/2016 e até mesmo desconhecimento sobre suas implicações. Esses servidores identificaram os efeitos causados pela EC nº 95/2016 sem saber da correlação existente. A principal confusão deu em torno do entendimento de que se tratava de um congelamento dos recursos destinados a investimentos, considerando que os recursos de custeio, que são aqueles que pagam as despesas rotineiras da Instituição, estariam salvaguardados.

Considerando o objetivo de um produto educacional, a saber, sanar um problema identificado na pesquisa, apresentar uma solução ou auxiliar na melhor compreensão em torno de um tema abordado, optou-se pela elaboração de um pôster informativo. Esse produto teve como objetivo central promover a disseminação de conhecimento sobre o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016, seus efeitos e abrangência. Com isso, não somente os participantes da pesquisa, mas toda a comunidade acadêmica poderá se informar sobre o assunto de maneira rápida e eficiente.

Por se destinar àquelas pessoas que desconhecem o assunto optou-se por uma abordagem básica, cabendo maiores aprofundamentos posteriormente. Pois o objetivo foi alcançar o maior número de pessoas, necessitando de um material de fácil assimilação e atrativo. Ao ter contato com esse material, havendo interesse, o sujeito terá condições de buscar mais informações utilizando essa abordagem inicial. Não tendo o objetivo de esgotar a apresentação do tema, este produto educacional apresentou a EC nº 95/2016 de maneira sucinta e direta.

Com o intuito de apresentar as informações de maneira clara optou-se pela elaboração de perguntas e respostas. Dentre as perguntas, abordou-se sobre o que se trata a Emenda Constitucional nº 95/2016, apresentando que foi aprovada no ano de 2016, que é conhecida também como Novo Regime Fiscal, tendo como ponto central o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A segunda pergunta apresentada trata da duração da EC nº95/2016, que será de 20

anos, começando em 2016, sendo que após 10 anos, poderá haver uma revisão de qual índice será utilizado para corrigir a inflação.

A terceira pergunta chama a atenção para a necessidade de ter tramitado como uma Emenda Constitucional, ou seja, o Novo Regime Fiscal foi encaminhado dessa forma porque alterava dispositivos constitucionais, possibilitando desvincular os gastos com Saúde e Educação da garantia de investimento mínimo. Já na quarta pergunta destaca-se que os gastos com Saúde e Educação serão afetados, a única diferenciação deles para os demais gastos é que precisam, obrigatoriamente, ser reajustados pelo IPCA.

Para a quinta pergunta foi reservado um assunto de cunho mais contextual, pois mostra que essa Emenda faz parte de um projeto político mais amplo, mostrando que diante da crise econômica e política, agravada a partir de 2014, surge a oportunidade de inserir na pauta econômica do governo a necessidade de implantar um novo regime fiscal que promova cortes no gasto público de maneira sistemática, objetivando uma “reequilíbrio” das contas públicas. Mostra que essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir o tamanho do Estado, desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, que ocorre desmonte dos serviços públicos, nessa lógica o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações.

Para a sexta pergunta foi reservada a informação de que o crescimento econômico ou demográfico do país não afetará o orçamento destinado aos gastos do governo federal, o que gerará distorções significativas no atendimento à população, uma vez que o aumento de pessoas que necessitam desses serviços não terá contrapartida no aumento dos recursos financeiros necessários. Ao desvincular os gastos públicos de qualquer relação com o crescimento econômico, a longo prazo, ocorre uma retração desses gastos em relação ao PIB.

Na sétima pergunta tratou-se de um assunto muito veiculado na mídia, onde a economia do país é comparada à economia doméstica. Mostra-se que a economia de um país não funciona da mesma forma que a economia de uma família, cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar, mas para uma Economia inteira significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Além disso, quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas ela não é afetada pela redução no

consumo, exceto por ficar privada desses produtos, numa Economia o governo não é só consumidor, no momento que ele deixa de gastar ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Alerta-se que ao reduzir o consumo pode afetar os empregos, pessoas desempregadas consomem menos, quanto menor o consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos, menor a receita do governo, diminuindo a receita é necessário, por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica.

Com a oitava pergunta objetivou-se mostrar que há alternativas para o equilíbrio das contas públicas sem recorrer à redução de gastos essenciais para a oferta de serviços públicos de qualidade, argumentando que, no momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas sempre é focado na redução do gasto, mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos. Medidas como o combate a sonegação, fim de isenções fiscais, taxaçaõ de lucros e dividendos poderiam gerar muito mais receita do que o montante de gastos cortados. Na pergunta de número nove alertou-se que, por se tratar de uma emenda à Constituição, a EC nº 95/2016 só poderá ser revogada por outra emenda constitucional, dificultando muito a possibilidade de reversão de seus efeitos.

Por fim, na última pergunta mostra-se como a EC nº 95/2016 pode comprometer a experiência de educação ofertada pelos Institutos Federais, pois ao congelar o aumento real de investimentos em Educação, corre-se o risco de afetar a qualidade do ensino ofertado e a própria universalização do acesso ao ensino básico. Considerando que o ensino básico ainda não é universal e que a população aumenta a cada ano, na prática, essa política representa uma retração na abrangência dos jovens em idade escolar, ou, na melhor das hipóteses, supre-se a necessidade de vagas mas com o comprometimento da qualidade do ensino.

Para avaliar sua eficácia e adequação, o produto educacional foi enviado no e-mail institucional de todos os servidores do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, sendo solicitado que os interessados fizessem uma avaliação através de um questionário eletrônico. A escolha do questionário eletrônico, utilizando a ferramenta *Google Forms*, se deu pela facilidade no preenchimento das respostas e por preservar a identidade dos participantes, possibilitando maior liberdade na avaliação.

O prazo para realizarem a leitura e avaliação do produto foi de 10 dias, sendo lembrado em 5 dias para que participassem desse momento tão importante da pesquisa. A escolha do e-mail institucional, como ferramenta de compartilhamento do material, se deu em virtude de ser um mecanismo que possibilitava atingir 100% dos servidores, uma vez que o Campus possui um grupo de e-mails com todos, o qual foi utilizado para envio. Após o prazo dado para retorno, 21 servidores responderam a pesquisa.

O questionário de avaliação foi composto por cinco perguntas, sendo 4 de múltipla escolha e uma de redação livre. As perguntas contemplaram informações sobre o grau de conhecimento que as pessoas possuíam antes e depois da leitura do pôster, bem como a avaliação quanto à linguagem e adequação do produto às necessidades de informações que demandavam. Também foi solicitado que deixasse uma colaboração com o desenvolvimento do produto, com resposta livre, possibilitando contribuições personalizadas.

A primeira pergunta solicitou como o participante avalia o auxílio do pôster na compreensão acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016. Das 21 respostas obtidas, 10 avaliaram de maneira satisfatória, 10 avaliaram como muito satisfatória e 1 avaliou como insatisfatória. Buscando entender a resposta que avaliou de maneira insatisfatória, foram analisadas as demais respostas desse participante, no entanto, a última pergunta, que poderia escrever livremente sobre o produto não foi respondida. De maneira geral, considerou-se que a avaliação foi bastante positiva, uma vez que 20 participantes avaliam que o pôster auxiliou na compreensão acerca da Emenda.

A segunda e a terceira perguntas precisam ser analisadas conjuntamente, elas questionam qual o grau de conhecimento que o participante possui antes e depois da leitura do pôster, respectivamente. A análise conjunta se deve à avaliação da mudança de perspectiva sobre o conhecimento que julga possuir antes e depois de ler o pôster, possibilitando julgar em que medida esse produto educacional auxiliou no aumento dos conhecimentos sobre o tema. O resultado obtido demonstra que 20 dos participantes aumentaram seu conhecimento sobre a Emenda, apenas 1 permaneceu no nível de conhecimento que já julgava ter. Antes de ter acesso ao produto mais da metade dos participantes julgavam ter um nível de conhecimento médio sobre o assunto e após a leitura do pôster mais da metade julgava ter um nível de conhecimento grande.

A quarta pergunta questionou como o participante avalia a linguagem do material. Dos 21 participantes, 14 consideraram muito satisfatória e 7 avaliaram como satisfatória. Sendo assim, julga-se que a linguagem foi suficientemente acessível para tratar de um assunto bastante complexo, pois trata-se de um tema que aborda muitos aspectos legais e de natureza econômica, normalmente considerado bastante técnico, o que dificulta a compreensão das pessoas que não estão diretamente vinculadas a essas áreas do conhecimento.

Por fim, a última pergunta solicita a opinião do participante sobre o assunto abordado, deixando a resposta livre, para que pudessem escrever qualquer coisa que julgassem pertinente. Dos 21 participantes, 10 responderam essa pergunta. Dentre as respostas, constaram avaliações positivas sobre como o produto auxilia na compreensão do tema e sobre a importância de se realizar ampla divulgação desse material. Nas respostas constaram ainda sugestões, de dois participantes, para melhorar a redação do produto educacional, o que foi atendido dentro do que estava de acordo com a proposta pensada pela pesquisadora.

De modo geral, considera-se a avaliação do produto como bastante positiva, atendendo à proposta de trazer conhecimentos básicos acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016 para aquelas pessoas que desconhecem ou possuem pouco conhecimento sobre seu conteúdo. Considerando o pedido dos participantes da avaliação do produto, bem como daqueles que foram entrevistados na realização da pesquisa, sobre a necessidade de disseminação de informações sobre o que é essa Emenda e como ela atinge a Educação e todos os serviços públicos, será dada ampla divulgação a este produto bem como ao conteúdo da dissertação como um todo.

A elaboração desse produto educacional consolidou o resultado de toda a pesquisa feita durante este Programa de Mestrado, sintetizando todo o estudo feito para a elaboração da dissertação. Este folder informativo é o resultado da pesquisa transformado em uma linguagem didática para atender uma demanda que apareceu durante os trabalhos: a necessidade de mais informações. Também é uma ferramenta para a efetivação da principal conclusão da pesquisa, a necessidade da participação da sociedade civil nas discussões em torno da Emenda Constitucional nº 95/2016.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241.55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, [online], v. 22, n. 71, p. 01-25, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000400200&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 out. 2019.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 20 set. 2018.
- ANTUNES, Fátima. PERONI, Vera. Reformas do Estado e políticas públicas. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 30, n. 01, p. 181-216, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872017000100009> Acesso em: 09 out. 2019.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>> Acesso em 09 mar. 2019.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014.2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.31, n.89, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051> Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 15 out. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2016.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

BRITTES, Letícia Ramalho. **Movimentos discursivos na produção de currículo da educação profissional para jovens e adultos no Instituto Federal de Educação Farroupilha**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho docente e os caminhos do conhecimento**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso de mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14>> Acesso em: 16 set. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise na escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b. p. 65-80.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>> Acesso em 07 fev. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores (excertos). In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf> Acesso em: 26 set. 2018.

GRABOWSKI, Gabriel. **Financiamento da educação profissional no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19239/11165>> Acesso em: 10 jun. 2019.

JACOBINI, Maria. **Metodologia do trabalho acadêmico**. São Paulo: Alínea, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762>> Acesso em: 05 out. 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKE, Allan. Análise do discurso numa perspectiva crítica. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira. GANDIN, Luís Armando. (Orgs.). **Educação em tempos de incertezas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARIANO, Cynara; Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 259-281, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313831062_Emenda_constitucional_952016_e_o_teto_dos_gastos_publicos_Brasil_de_volta_ao_estado_de_execucao_econo_mico_e_ao_capitalismo_do_desastre> Acesso em: 15 out. 2018.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Emenda Constitucional 95.2016 e o teto dos gastos públicos. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 15, n. 02. p. 22-40, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6522429>> Acesso em 01 ago. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p.

51-66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01 out. 2019.

OLIVEIRA, Cleiton de. SILVA, Guaracy. O Novo Regime Fiscal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 253-269, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/77586>> Acesso em: 10 set. 2019.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>> Acesso em: 13 out. 2018.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social>> Acesso em 07 fev. 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PERONI, Vera. SCHEIBE, Leda. Privatização da e na educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 387-392, 2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/831>>. Acesso em: 09 out. 2019.

PIRES, Daniela de Oliveira; PERONI, Vera Maria Vidal. A história da educação brasileira sob o enfoque da relação público-privada. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 20, n. 02, p. 10-27, 2019. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/13845>>. Acesso em: 10 out. 2019.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol>>

%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em 07 out. 2019.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. FARENZENA, Nalú. GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da educação básica e profissional. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 111-124, 2012. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2638>> Acesso em 20 set. 2019.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>> Acesso em: 14 out. 2018.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro, 2005.

SAVIANI, Dermerval. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>> Acesso em 26 set. 2018.

SAVIANI, Dermerval. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989. Disponível em: <<https://portaltrabalho.files.wordpress.com/2015/03/sobre-a-concepcao-de-politecnicidade.pdf>> Acesso em: 18 set. 2018.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal**. Brasília: Liber Livro, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

ZANETTE, Marcos. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>> Acesso em 08 out. 2018.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Público-alvo:

Docentes – áreas básicas que utilizam laboratórios (química, biologia, física, artes, letras) e áreas técnicas (estética, enfermagem, informática e agrárias)

Técnicos administrativos em educação – ligados aos laboratórios e assistência estudantil.

Gestores – Direção de Administração, Direção de Ensino, Direção de Pesquisa Extensão e Produção e Direção Geral.

Perguntas:

1. Qual o conhecimento que você tem sobre o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016? Já participou de algum debate sobre o assunto?
2. O que você observa sobre os recursos financeiros para o atendimento das necessidades de materiais de consumo e equipamentos para o funcionamento dos laboratórios da Instituição?
3. Desde que você entrou na Instituição, como você avalia a destinação de recursos para o atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (viagens, dias de campo, projetos)?
4. Na sua opinião, a Instituição oferece um número satisfatório de bolsas de ensino, pesquisa e extensão?
5. Na sua opinião, como você avalia a estrutura do *Campus* para o atendimento dos cursos existentes?
6. Na sua opinião, o que você pensa a respeito dos recursos destinados à Assistência Estudantil?
7. Você considera que o congelamento dos gastos com educação, provocados pela Emenda Constitucional nº 95/2016, pode comprometer a qualidade do ensino ofertado pelos Institutos Federais?

APÊNDICE 2 – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu Rosane Rodrigues Pagno, abaixo assinado, diretora geral do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santo Ângelo, autorizo a realização do estudo “Os efeitos do congelamento dos gastos públicos no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica”, a ser conduzido pela pesquisadora: Adriana Clarice Henning.

Fui informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Santo Ângelo, 08 de abril de 2019.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Os efeitos do congelamento dos gastos públicos no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisadora responsável: Adriana Clarice Henning

Instituição/Departamento: Instituto Federal Farroupilha *Campus* Jaguari

Telefone para contato: (55) 9 9670 2483 / (55) 3931-3911

E-mail: adrianahenning@gmail.com

Local da coleta de dados: IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar quais os efeitos do congelamento dos gastos públicos, via Emenda Constitucional 95 (EC 95), no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá **apenas em responder as perguntas desta entrevista.**

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, permitindo que fique informado e discuta o assunto entre seus pares, uma vez que trata-se de um tema bastante relevante para o cotidiano do servidor, considerando que os cortes de gastos públicos afetam diretamente o trabalho desenvolvido na Instituição.

Riscos: A pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, dentre os quais a possibilidade de cansaço ao responder às perguntas, bem como a possibilidade de algum constrangimento suscitado por alguma pergunta, uma vez que, se refere a assuntos relacionados ao seu local de trabalho. Se isso acontecer, o participante poderá desistir de participar da atividade. Os pesquisadores responsáveis se

comprometem a, se for o caso, encaminhar o participante a serviço de atendimento especializado.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Entrevistado

Pesquisador responsável

APÊNDICE 4 – CORPUS DA PESQUISA

1. Qual o conhecimento que você tem sobre o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016? Já participou de algum debate sobre o assunto?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	<p>“Eu nunca li ela inteira, mas o que eu sei sobre ela, o básico, é que congela os gastos de investimentos, entre outras coisas, em Educação por 20 anos.”</p> <p>“E não é só em Educação, pelo que eu sei também, em outras áreas também.”</p> <p>[Sobre debate] “Oficialmente não, mas a gente conversa com os colegas.”</p>
Entrevistado 02	<p>“Eu acho bem preocupante porque dificulta a questão de... dos investimento né.”</p> <p>“Eu participei de um debate sobre o assunto.”</p>
Entrevistado 03	<p>“A dúvida é mais assim, o que vai acontecer?”</p> <p>“A gente percebe o dia a dia que os gastos né... que a gente tem né... com a Educação aqui, ele... ele é reajustado com a inflação, com diversos índices né... sempre é reajustado e sempre tem um aumento, sempre surge uma coisa... e tu congelar né... fazer um congelamento desses... desses gastos eu acho é bem... bem complicado.”</p> <p>“Debate eu nunca participei.”</p>
Entrevistado 04	<p>“Pelo que eu sei (...) foi na época do governo Temer.”</p> <p>“Visando congelar os gastos... de ter um teto pros gastos públicos por 20 anos, e que isso afetaria muito a questão da Educação e da Saúde dos brasileiros.”</p> <p>“Não.” [se já participou de debate]</p>
Entrevistado 05	<p>“Debate especificamente não.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Não tenho conhecimento.”</p> <p>“Não participei de nenhum debate sobre ela, não sei se foi</p>

	proporcionado algum.”
Entrevistado 07	“Debate assim mais organizado, no sentido de alguém vir debater, mostrar como foi, não, eu não vivenciei isso, não aqui no <i>Campus</i> e nem fora daqui.”
Entrevistado 08	“Eu diria que pouco conhecimento (...) mas eu sei que ele não leva em consideração outros fatores, outras mudanças que houverem então, por esses vinte anos vai ficar essa política.” “Não participei de debate.”
Entrevistado 09	“Eu tenho um conhecimento eu diria superficial assim, eu não sei muitos detalhes.” “Não cheguei a participar de nenhum debate efetivo, que eu me lembre.”
Entrevistado 10	“Eu tenho conhecimento de uma emenda constitucional, não li o documento em si então por isso também não sei o número, mas eu tenho conhecimento de uma situação que (...) não teria os reajustes desse valor de investimento sobre Saúde e Educação, seriam tipo corrigidos pela inflação né, não seguiriam o acompanhamento do crescimento, enfim... em resumo haveria uma redução no investimento em educação e saúde.” “Eu nunca participei de nenhum debate sobre o assunto.”
Entrevistado 11	“Essa Emenda, ela trata do congelamento de gastos em investimentos por vinte anos.” “Eu nunca participei de debate sobre o assunto.”

2. Você considera que os recursos financeiros que têm chegado até a Instituição são suficientes para o atendimento das necessidades de materiais de consumo e equipamentos relativos ao funcionamento dos laboratórios da Instituição?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	“Eu acho que tá diminuindo cada dia mais e que isso não é bom!” “Considero que precisaria mais.”

	<p>“A gente pede alguma coisa pede preocupado com o valor total que vai dar.”</p> <p>“A gente até tem que escolher... o que tem prioridade de comprar porque não pode gastar muito.”</p> <p>“Às vezes nem o que é mais urgente a gente não consegue né.”</p> <p>“Eu acho que poderia ter mais investimento.”</p>
Entrevistado 02	<p>“Acho que é insuficiente, no nosso <i>Campus</i>, o que eu vejo é que é insuficiente, com certeza.”</p>
Entrevistado 03	<p>“Hoje a gente já conta com ajuda no final do ano pra compras de equipamentos, materiais permanentes, hoje a gente não tem recurso, não tem planejamento no orçamento do <i>Campus</i>, então a gente já conta com o extra no fim do ano.”</p> <p>“O orçamento não é suficiente.”</p>
Entrevistado 04	<p>“São necessários assim pra cumprir o essencial, o básico, que a gente precisa.”</p> <p>“É suficiente pra atender a demanda atual mas é poderia ter mais.”</p>
Entrevistado 05	<p>“Não!”</p> <p>“Como nós não produzimos para ter recursos, se o executivo federal não enviar pra nós, mediante Lei Orçamentária, algumas atividades... elas terão que ser reduzidas, senão extintas.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Com certeza não né, acho que esses recursos aí, eles são bastante insuficientes para dar conta de toda a demanda do Ensino.”</p> <p>“O <i>Campus</i> aumentou bastante né, em número de alunos e demandas de tudo o que é insumos (...) nós necessitaríamos bem mais pra dar conta dessas demandas que o <i>Campus</i> necessita né... com certeza!”</p>
Entrevistado 07	<p>“Não! Não sei se... se tá interferindo também no fato de ser um <i>Campus</i> novo né, por Santo Ângelo ser um <i>Campus</i> novo, mas, por exemplo, na minha área de atuação (...) falta muita coisa, muita coisa pra trabalhar com a ideia da qualidade mesmo né, de oferecer possibilidades.”</p> <p>“A gente consegue alguma coisa via projetos, senão é praticamente nula assim a questão, inclusive de materiais pra gente pedir, o que</p>

	tem disponibilizado.”
Entrevistado 08	<p>“Não!”</p> <p>“Os laboratórios poderiam estar mais equipados, a gente podia ter mais laboratórios de Informática né, principalmente, e recursos e componentes pros laboratórios que a gente tem, que faltam, física, química, e a gente não tem... a gente tem o espaço mas não tem os equipamentos.”</p>
Entrevistado 09	<p>“Eu acredito que deveríamos fazer um estudo ou repensar o planejamento porque (...) esse recurso, devido a diminuição dos últimos anos, ele não tem sido suficiente, então se a gente tivesse assim a certeza de quanto realmente receberíamos.”</p> <p>“A gente tá pensando ações que são justas né, que são necessárias, que (...) auxiliam na questão do conhecimento dos alunos, na qualidade do Ensino e tudo o mais, mas a gente tá com uma expectativa muito além daquilo que realmente vem.”</p>
Entrevistado 10	<p>“Com certeza não!”</p> <p>“Eu vejo que a situação, ela tende a ficar mais difícil ainda, então acho que o que a gente tem de recursos não é suficiente.”</p>
Entrevistado 11	<p>“Não.”</p> <p>“Ele [falta de orçamento] prejudica exatamente o que? Até a nossa... digamos, a nossa permanência né, permanência da Instituição, porque nós precisamos de mais investimentos.”</p>

3. Desde que você entrou na Instituição, como você avalia a destinação de recursos para o atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (viagens, dias de campo, projetos)?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	<p>“Eu acho que a gestão, conforme o que vem de investimento... faz uma boa distribuição, isso eu acho que é inegável.”</p> <p>“Melhor seria que fosse mais.”</p>

Entrevistado 02	“Eu não vou ter conhecimento pra dizer se são bem distribuídos ou não.”
Entrevistado 03	“Os projetos de Ensino e Extensão tem um valor de reserva obrigatória.” “Hoje a gente vê que existia um pouco de excesso de viagens, talvez, digamos assim... desnecessárias, porque hoje tu pode ver, estamos a meses sem muitas viagens, ou quase nada né, e as atividades estão sendo executadas.”
Entrevistado 04	“Eu acredito assim que diminuindo cada vez mais.” “Quanto mais alunos a gente tiver, eu acredito que menos atividades a gente vai poder realizar com eles.” “Às vezes, muitos pesquisadores querem desenvolver um projeto que dê maiores resultados pra sociedade mas às vezes não tem... não tem taxa de bancada pra realizar né... até os professores, os coordenadores de curso não conseguem realizar muitas viagens de estudo pela questão do orçamento.”
Entrevistado 05	“De 2011 a 2014, os recursos provenientes pro IF, em princípio eram satisfatórios, eram satisfatórios, cumpria a função (...) De 2014 pra cá, a redução foi gradativa.” “A inflação não retrata a realidade institucional dos gastos.”
Entrevistado 06	“Em termos de percentual eu até vejo... tá bom, mas o percentual está em relação também ao... ao quantitativo de orçamento que o <i>Campus</i> tem né.”
Entrevistado 07	“Me parecia estar vindo num caminho bom (...), mas o que que aconteceu esse ano? O meu projeto (...) de Extensão estava em primeiro lugar, provavelmente se ele estivesse em sexto lugar ele não teria tido recurso como aconteceu em outros projetos de Extensão.”
Entrevistado 08	“Eu acho que falta recursos, sim, (...) eu acho que a gente tinha que ter mais recursos pra Pesquisa, pra Extensão, sem sombra de dúvida, porque isso ia contribuir pro aprendizado dos alunos. (...) por a gente ter um recurso limitado, isso... bem limitado, agora do ano passado pra cá, isso tá... os alunos são os mais prejudicados.”

Entrevistado 09	“A gente sempre espera que venha recursos suficientes pra gente fazer tudo aquilo que deseja né, mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que existe um certo há... desperdício, digamos assim, de recursos e há... repensando a forma como os projetos devem ser feitos ou pensando numa classificação, de repente, dos melhores projetos, fazer uma distribuição de recurso de acordo com isso, talvez tivesse um efeito diferenciado, não concordo muito com a questão de <i>Ah, vamos pedir tudo e receber tudo e fazer de qualquer jeito</i> , entende? Parece que... parece que não se aproveita muito bem o recurso né, então dos últimos anos pra cá eu tenho visto que há... estamos dando conta das nossas necessidades, o desejo é que tivesse mais recurso, claro, pra poder construir logo todos os prédios que precisamos e poder abrir mais turmas né, e ampliar a nossa capacidade, mas... mas a gente tá conseguindo atender né, então eu só acho que, voltando àquela questão do planejamento né, a gente deveria ter uma ideia melhor, não, simplesmente, chegar no meio do ano e <i>Ah, não vai mais ter recurso!</i> ”
Entrevistado 10	“Tem havido redução né, ano após ano.”
Entrevistado 11	“Atualmente falta né, está faltando recurso financeiro.” “A gente faz muito pouco, poderia fazer muito mais, principalmente na área de Pesquisa né, então realmente ele [o orçamento] é muito... ele é escasso.”

4. Na sua opinião, a Instituição oferece um número satisfatório de bolsas de ensino, pesquisa e extensão?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	“Então, acho que o ideal seria se todos pudessem ganhar né, todos os que trabalham, porque alguns fazem só trabalho voluntário aqui, mas todos trabalham junto e fazem o mesmo tipo de trabalho, então o ideal seria se todos eles ganhassem né, já que o trabalho que eles tem feito é em conjunto.”

Entrevistado 02	“Assim, eu acho que satisfatório não, ele oferece um nível... um número mínimo assim (...), na verdade em vez de manter ou melhorar ele tá regredindo né.”
Entrevistado 03	“A princípio, o que eu percebo, nos anos anteriores era suficiente mas esse ano está sendo ofertado menos mesmo.” [referindo-se ao contingenciamento]
Entrevistado 04	“Eu acredito que não.” “Tem bolsas, mas poderia ter mais assim, pela quantidade de alunos que a gente tem hoje.”
Entrevistado 05	“Não.”
Entrevistado 06	“Proporcionalmente aos outros <i>Campi</i> , estamos bem né, só que ainda não é suficiente em virtude do... do valor orçamentário né, então pra atender todos os projetos teria que ter um valor a mais.”
Entrevistado 07	“Não é suficiente.”
Entrevistado 08	“Não!”
Entrevistado 09	“Sim!”
Entrevistado 10	“Eu acho que antes sim, esse ano pela questão do contingenciamento mudou e ficou pior, então eu acho que pela situação à qual a gente se encontra as respostas acabam se misturando né.” “Eu acho que piorou bastante.”
Entrevistado 11	“Se tivesse recurso financeiro a gente poderia fornecer mais, então o que é ofertado é em relação... tudo faz parte do orçamento.”

5. Na sua opinião, como você avalia a estrutura do *Campus* para o atendimento dos cursos existentes?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado	“Eu acho que sempre poderia melhorar.”

01	<p>“(...) o que tem hoje atende os cursos e o número de alunos que tem hoje, só que pro futuro a gente não sabe.”</p> <p>“Se cresce número de alunos e cresce número de cursos mas a estrutura tem que permanecer a mesma, aí vamos te que rever né, como é que... como é que vai ficar.”</p>
Entrevistado 02	<p>“Pros existentes, e até pros que estão previstos, é insuficiente, porque... aí tem cursos, por exemplo, a Estética se transformou em graduação e a gente teve que fazer um... a criação de um laboratório, mas ainda tem uma estrutura precária, não tem local pra estágio, o curso de Enfermagem falta muita coisa, o curso de Gestão de Agronegócio também falta bastante coisa, do técnico agrícola, então eu acho que ainda tem muito a melhorar a estrutura pra atender bem satisfatoriamente.”</p>
Entrevistado 03	<p>“Eu acho que tem uma estrutura assim... razoável.”</p> <p>“Pode-se melhorar? Pode! Mas, eu considero bom.”</p>
Entrevistado 04	<p>“Olha, num contexto geral, eu avalio assim que a gente tem a estrutura boa.”</p> <p>“A gente não sabe até quando a Instituição vai conseguir manter.”</p> <p>“Então, é claro, que se a PEC não estivesse aí, e não existisse a crise né, entre aspas, acho que a gente poderia fazer muito mais, poderia crescer mais.”</p>
Entrevistado 05	<p>“A nossa atual estrutura... ela é satisfatória, no entanto, não há margem para nenhum acréscimo.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Temos bastante deficitário ainda né, acho que nós pegamos aí um cenário bastante dificultoso de implantação do <i>Campus</i>, já temos mais de cinco anos de implantação e ainda não se consolidou uma infraestrutura adequada, digamos assim, pra que todos os cursos pudessem ter uma melhoria contínua de qualidade, principalmente na ótica desses espaços pedagógicos.”</p>
Entrevistado 07	<p>“Ainda tem muitas fragilidades, muitas carências, como o básico, não tem internet num prédio de Ensino né, na minha disciplina eu não tenho um espaço adequado pra trabalhar.”</p>
Entrevistado	<p>“Eu acho que a gente tá bem de estrutura física sim, exceto essa</p>

08	condição de melhorar os laboratórios, no jeito que está a gente atende sim os alunos, mas eu acho que a gente pode melhorar né, como eu disse, tem laboratórios que ainda não foram implementados, que a gente tem o espaço mas não tem os equipamentos.”
Entrevistado 09	“Faltam algumas estruturas pra atender os cursos, como a questão ali da quadra de esportes, o ginásio, um auditório maior, mais salas de aula né... o que a gente tem, de forma apertada, estamos conseguindo atender, mas falta algumas estruturas sim.”
Entrevistado 10	“Ela tá em vias de se tornar satisfatória, eu acho que ainda não pra dizer satisfatório porque faltam muitos espaços.”
Entrevistado 11	“Hoje nossa estrutura, (...) ela atende uma necessidade emergente, mas ela falta, por exemplo, nós precisamos de mais salas de aula, o centro de saúde está em construção, precisamos de um ginásio de esportes e laboratórios, por exemplo, laboratório de física a gente não tem ainda.”

6. Na sua opinião, o que você pensa a respeito dos recursos destinados à Assistência Estudantil?

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	“Eu acho que é uma das áreas que... que tá mais OK assim digamos de recurso, porque tenta-se não mexer muito nos recursos da assistência estudantil.” “Talvez, as bolsas [de auxílio permanência] poderia... poderia ser um pouco melhor.”
Entrevistado 02	“Tem um atendimento mínimo (...), mas ainda poderia ser melhorado.”
Entrevistado 03	“Eu acho bem importante ... que eles recebem bolsas de assistência ou auxílio transporte né... eu acho bem relevante pra que eles consigam permanecer na Instituição.”
Entrevistado	“Pela quantidade de alunos assim que a gente tem, claro que eu não

04	<p>tenho informações muito atualizadas, mas eu acho que são, em parte, suficientes assim.”</p> <p>“Então, eu acho que sim, até diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão ficam prejudicadas à tarde pra alunos do Integrado por não ter mais verbas pra Assistência, teria que ter mais.” [referindo-se aos almoços que não podem ser ofertados para mais do que a obrigatoriedade]</p>
Entrevistado 05	<p>“Temos o 5% do orçamento de custeio do <i>Campus</i>, só que com a redução do orçamento do <i>Campus</i>, automaticamente, 5% fica menos, torna-se insatisfatório. Por isso a partir de 2014 nós começamos numa nova realidade, à qual nós temos que nos adequar, se isso não mudar.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Eu vejo que eles poderiam até ser melhorados um pouco mais né, mas eu acho que... a princípio, acho que tá dando conta né.”</p>
Entrevistado 07	<p>“O que eu sinto falta é... para os projetos de Ensino, de Extensão, não tem almoço para os alunos, eu acho que tem muitos alunos que não ficam (...) à tarde porque eles precisam pagar o almoço.”</p>
Entrevistado 08	<p>“Eu acho que os recursos da Assistência são satisfatórios.”</p>
Entrevistado 09	<p>“Eu acredito que sim!”</p>
Entrevistado 10	<p>“Em relação à Assistência Estudantil eu não sei se posso opinar muito, mas vamos pela impressão então né, eu tenho a impressão de que é... o que existe é satisfatório.”</p>
Entrevistado 11	<p>“Esses são suficientes, a gente tá atendendo, atendendo também algumas bolsas (...), a gente tá conseguindo atender ... atender tudo o que a legislação prevê.”</p>

7. Você considera que o congelamento dos gastos com educação, provocados pela Emenda Constitucional nº 95/2016, poderá comprometer a qualidade do ensino ofertado pelos Institutos Federais?

Entrevistado	Excertos
--------------	----------

Entrevistado 01	<p>“Com certeza... com certeza!”</p> <p>“Eu acho que é muito tempo pra ficar sem recurso, sabe.”</p> <p>“Eu acho que as coisas vão acabar sendo sucateadas nesse tempo todo, começa a estragar, começa a defasar, começa a precisar adquirir equipamento novo, não tem como... e daí acaba ficando nessa... nessa crise digamos assim, de não consegui manter uma estrutura, acho que esse é o principal problema: não consegui manter a estrutura que hoje tem por tanto tempo, porque, realmente, eu acho muito tempo assim pra... pra permanecer com as coisas que tem, tanto por que os alunos vão aumentar, quanto porque outras coisas vão ser necessárias: modernização de laboratórios, por exemplo...”</p>
Entrevistado 02	<p>“Com certeza!”</p> <p>“Eu não acho que já... já afetou (...), segue afetando, pode afetar muito mais.”</p>
Entrevistado 03	<p>“Acho que com certeza!”</p> <p>“A gente tá sempre buscando mais alunos, então tu tá aumentando o número de alunos do <i>Campus</i>, tá aumentando a estrutura, tu aumenta o custo de manter isso... e se o orçamento não aumenta na mesma proporção né... não tem condições, alguma coisa vai ser afetada.”</p> <p>“Só corrigido pela inflação eu não vejo como manter a mesma qualidade, a mesma... a mesma prestação de serviço né... alguma coisa vai ter que ser cortada ou tu não vai mais buscar tantos alunos né... então eu acho que afeta bastante.”</p>
Entrevistado 04	<p>“Com certeza!”</p> <p>“Vai chegar um ponto que a gente vai ter que deixar de ofertar algumas coisas pra conseguir dar conta de outras.”</p> <p>“Daqui a pouco a gente vai ficar dependendo exclusivamente de emendas parlamentares ou daqui a pouco de novas... novos programas do Governo Federal assim, pra tentar suprir uma</p>

	<p>carência de recursos que ele mesmo criou, por mais que a gente tem uma crise no país, uma crise financeira, eu acho que a PEC não é a solução. A gente tem que investir em Educação, tem que investir em Saúde pro país crescer, porque aqui no Instituto Federal, por exemplo, os alunos não pagam nada pra estudar aqui, nem para tirar um atestado, nem um histórico na Secretaria mas, em contrapartida, depois esses alunos vão dar um retorno à sociedade então tu vai ter... vai ter dinheiro girando né, e assim... eu acredito que o governo teria que investir mais em Educação, pra gente... pra gente poder ter mais condições de ajudar mais pessoas né, porque aqui no Instituto a gente ajuda pessoas assim, desde baixa renda, classe média, classe alta né... É uma Instituição aberta pra todos e a gente tem uma função social muito importante.”</p>
Entrevistado 05	<p>“Sem sombra de dúvida!”</p> <p>“Com o aumento crescente dos gastos, a deterioração dos prédios, dos mobiliários, dos laboratórios, a falta de... de previsão pra novos servidores, tudo isso influencia né... então o ensino... o nosso ensino, ele pode ficar bem comprometido. Não sei até quando nós teremos fôlego pra suportar esse momento.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Com certeza!”</p> <p>“Com certeza o impacto vai ser bastante negativo pra ... pra todas as Instituições, e eu vejo pra nós, mais ainda né, que somos ainda uma Instituição, um <i>Campus</i> ainda em processo de implantação né, não tá consolidado as coisas, então isso gera bastante essas inseguranças quanto a isso né.”</p>
Entrevistado 07	<p>“Com certeza!”</p> <p>“Com certeza, porque só tende a aumentar né, o nosso público, e se já apresentou todas essas carências hoje, (...) então imagina por vinte anos né.”</p>
Entrevistado 08	<p>“Eu acho!”</p> <p>“A gente vem trabalhando com os recursos que a gente tem.”</p>

	“Nós somos bastante prejudicados sim (...), com essa política de governo, (...) apesar de ter pouco conhecimento né, não ter um conhecimento aprofundado sobre ela, mas eu entendo que ela nos limita.”
Entrevistado 09	“Com certeza!” “A gente já percebe que... que existe esse impacto né.”
Entrevistado 10	“Com certeza, vai impactar, vai influenciar negativamente sobre a educação.” “Se a gente for pensar que ano que vem a gente vai receber o que a gente recebeu esse ano mais a inflação e que esse ano a gente foi contingenciado, então ano que vem a gente vai tá tão apertado quanto esse ano, e aí isso vai se repetindo pelos outros anos.”
Entrevistado 11	“Ele compromete em termos, que a gente tá falando qualidade do Ensino né, porque qualidade no Ensino hoje... nós temos muita qualidade porque tem um corpo docente muito qualificado.” “A Emenda Constitucional interfere nos investimentos, e o que nós temos falta hoje de recursos, por exemplo, que interfere bastante, é a questão, por exemplo, da...do custeio né, que tu possa viajar, que tu possa fazer uma coisa de Pesquisa também, então assim, ele interfere mas ele não interfere 100%.”

Mais:

Entrevistado	Excertos
Entrevistado 01	[Não quis declarar nada mais]
Entrevistado 02	“Uma questão é questionar até a... o quanto essa Emenda trouxe de benefício ou prejuízo, fazer esse comparativo né... <i>Ah, prejudicou o financiamento, beneficiou o que? Não beneficiou nada? (...) Que alternativas teria pra... ao invés dessa Emenda, que forma teria de melhor alocar recursos sem dificultar esse... o financiamento do bem público?</i> ”

Entrevistado 03	<p>“O que preocupa mesmo é o prazo dela né... 20 anos é muito tempo!”</p> <p>“E durante 20 anos, se não investir em Educação, em Pesquisa né... é bem preocupante, eu acho que pro país.”</p>
Entrevistado 04	<p>“Ficar atento a essas mudanças, cobrar e sempre sonhar mais né... se a gente chegou até aqui a gente pode ir mais longe.”</p>
Entrevistado 05	<p>“O tema... o tema ele precisa ser mais bem debatido, mas com aquelas pessoas que tem influência, que podem fazer a diferença em tentar reverter minimamente isso, né... não é justo, não é... não é moral, correto, um governo sobrecarregar a população que mais precisa, porque se você reduzir o gasto com Educação, com Ensino, você vai aumentar o gasto com outras áreas, seja Segurança, Saúde, porque automaticamente se você não tem as bases, o melhoramento... o que que é base? Sempre foi, de todos nós, a Educação! Você vai ter aumento de pessoas desempregadas, talvez possam vir a cometer alguns delitos para manter sua subsistência, na sua idade juvenil ou adulta né... e também redução de gastos, nesse contexto, é redução de empregos, redução de empregos é pessoas sem contribuir para a previdência, sem contribuir para o Mercado e vão ter que buscar Saúde aonde? No Sistema Único, mais gasto pro governo.”</p>
Entrevistado 06	<p>“Ele [o orçamento do <i>Campus</i>] se torna bastante dificultoso pra dar conta de todas essas demandas internas.”</p>
Entrevistado 07	<p>[Não quis declarar nada mais]</p>
Entrevistado 08	<p>“Acho que isso é importante assim a gente pensar num momento de... pra falar sobre isso aqui, com os colegas.”</p>
Entrevistado 09	<p>“Eu acho que a gente tem que ter bastante consciência na hora que promove um projeto, são ações necessárias, mas, ao mesmo tempo, a gente precisa evitar desperdícios né, acho que nesse sentido assim que a gente acaba aprendendo com essas Emendas, como a gente deve controlar melhor esses gastos né, planejar melhor, acho</p>

	<p>que esse foi o maior aprendizado assim que eu vi, mas são recursos necessários, então a gente tem que ter equilíbrio na hora de... de saber como... como utilizar esse recurso que vem né.”</p>
Entrevistado 10	<p>[Não quis declarar nada mais]</p>
Entrevistado 11	<p>“Tomara que eles mudem alguma coisa né, porque todo o congelamento... é que eu até assisti uma reportagem, se, que o governo pretendia até de fazer a questão do descongelamento né... mexer no teto né... só que se ele fizesse isso ia ter outros impactos, que daí não poderia mexer, não sei se isso aí vai durar vinte anos, eu acredito que não vai durar vinte anos, eu espero pelo menos, como diz, sempre tem uma esperança que não dure os vinte anos porque senão ele vai interferir drasticamente, as coisas vão ficando sucateadas né, vai sucateando tudo né.”</p>

APÊNDICE 5 – PRODUTO EDUCACIONAL [CONTEÚDO]

Este material é resultado do desenvolvimento da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado do ProfEPT, destina-se àquelas pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016, com o intuito de fornecer informações básicas para uma aproximação com seu conteúdo e implicações. Mais informações poderão ser obtidas na Dissertação de Mestrado intitulada EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS AO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.

1. Mas afinal, o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016?

No ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016), também conhecida como Novo Regime Fiscal. O ponto central dessa Emenda é o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

2. Por quanto tempo esse congelamento vai durar?

A duração da Emenda é de 20 anos, começando em 2016, ou seja, até 2036. Após 10 anos, poderá haver uma revisão de qual índice será utilizado para corrigir a inflação.

3. Por que o Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma Emenda Constitucional?

O Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma proposta de emenda constitucional para desvincular os gastos com Saúde e Educação da garantia de investimento mínimo previsto na Constituição.

4. Os gastos com Saúde e Educação serão afetados pela Emenda Constitucional nº 95/2016?

Sim! A única diferença é que os gastos com Saúde e Educação precisam, obrigatoriamente, ser reajustados pelo IPCA, enquanto os demais podem ser reajustados pela inflação, mas sem obrigatoriedade.

5. Essa Emenda faz parte de um projeto político mais amplo?

Diante da crise econômica e política, agravada a partir de 2014, surge a oportunidade de inserir na pauta econômica do governo a necessidade de implantar um novo regime fiscal que promova cortes no gasto público de maneira sistemática, objetivando uma “reequilíbrio” das contas públicas. Essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir a responsabilidade do Estado, desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, que ocorre desmonte dos serviços públicos. Nessa lógica, o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações.

6. Com essa Emenda, o crescimento econômico ou demográfico do país pode afetar o orçamento do governo federal?

A EC nº 95/2016 não leva em consideração o aumento do PIB, nem o aumento demográfico, o que gera distorções significativas no atendimento à população, uma vez que o aumento de pessoas que necessitam desses serviços não terá contrapartida no aumento dos recursos financeiros necessários. Ao desvincular os gastos públicos de qualquer relação com o crescimento econômico, a longo prazo, ocorre uma retração desses gastos em relação ao PIB.

07. Está correto comparar a economia de um país com a economia de uma família?

A economia de um país não funciona da mesma forma que a economia de uma família. Cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar mas, para uma Economia inteira, significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Além disso, quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas, ela não é afetada pela redução no consumo, exceto por ficar privada desses produtos. Numa Economia, o governo não é só consumidor, no momento que ele deixa de gastar ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Ao reduzir o consumo, pode afetar os empregos; pessoas desempregadas consomem menos; quanto menor o consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos; menor a receita do governo; diminuindo a receita, é necessário,

por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica.

08. Que outras medidas poderiam ser adotadas para equilibrar as contas públicas?

No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas, sempre é focada a redução do gasto. Mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos. Medidas como o combate a sonegação, fim de isenções fiscais, taxaçoão de lucros e dividendos poderiam gerar muito mais receita do que o montante de gastos cortados.

09. Como pode ser revertida essa Emenda? Ela pode ser revogada por um novo governo?

A única forma de reverter a EC nº 95/2016 é através de uma nova emenda constitucional, o que torna bastante difícil para um novo governo implementar.

10. Como essa Emenda pode afetar a prestação de serviços públicos à população?

Ao congelar o aumento real de investimentos em Educação, corre-se o risco de afetar a qualidade do ensino ofertado e a própria universalização do acesso ao ensino básico. Considerando que o ensino básico ainda não é universal e que a população aumenta a cada ano, na prática, essa política representa uma retração na abrangência dos jovens em idade escolar, ou, na melhor das hipóteses, supre-se a necessidade de vagas mas com o comprometimento da qualidade do ensino.

APÊNDICE 6 – PRODUTO EDUCACIONAL [LAYOUT]

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016

Consulte o texto completo da Emenda Constitucional em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Acadêmica: Adriana Clarice Henning
Orientadora: Profª. Drª. Leticia Ramalho Brittes

JAGUARI, 2020

Este material é resultado do desenvolvimento da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado do ProFEPT, destina-se àquelas pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016, com o intuito de fornecer informações básicas para uma aproximação com seu conteúdo e implicações. Mais informações poderão ser obtidas na Dissertação de Mestrado intitulada EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS AO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.

1. Mas afinal, o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016?



Fonte: Site Nith

No ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016), também conhecida como Novo Regime Fiscal. O ponto central dessa Emenda é o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

2. Por quanto tempo esse congelamento vai durar?

A duração da Emenda é de 20 anos, começando em 2016, ou seja, até 2036. Após 10 anos, poderá haver uma revisão de qual índice será utilizado para corrigir a inflação.

3. Por que o Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma Emenda Constitucional?

O Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma proposta de emenda constitucional para desvincular os gastos com Saúde e Educação da garantia de investimento mínimo previsto na Constituição.

4. Os gastos com Saúde e Educação serão afetados pela Emenda Constitucional nº 95/2016?

Sim! A única diferença é que os gastos com Saúde e Educação precisam, obrigatoriamente, ser reajustados pelo IPCA, enquanto os demais podem ser reajustados pela inflação, mas sem obrigatoriedade.



Fonte: Site Progre

Página 1

5. Essa Emenda faz parte de um projeto político mais amplo?

Diante da crise econômica e política, agravada a partir de 2014, surge a oportunidade de inserir na pauta econômica do governo a necessidade de implantar um novo regime fiscal que promova cortes no gasto público de maneira sistemática, objetivando uma "reequilíbrio" das contas públicas. Essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir a responsabilidade do Estado, desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, que ocorre desmonte dos serviços públicos. Nessa lógica, o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações.

6. Com essa Emenda, o crescimento econômico ou demográfico do país pode afetar o orçamento do governo federal?

A EC nº 95/2016 não leva em consideração o aumento do PIB, nem o aumento demográfico, o que gera distorções significativas no atendimento à população, uma vez que o aumento de pessoas que necessitam desses serviços não terá contrapartida no aumento dos recursos financeiros necessários. Ao desvincular os gastos públicos de qualquer relação com o crescimento econômico, a longo prazo, ocorre uma retração desses gastos em relação ao PIB.



Fonte: Site TEC Carbonifera

07. Está correto comparar a economia de um país com a economia de uma família?

A economia de um país não funciona da mesma forma que a economia de uma família. Cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar mas, para uma Economia inteira, significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Além disso, quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas, ela não é afetada pela



Fonte: Site Wallio

Página 2

redução no consumo, exceto por ficar privada desses produtos. Numa Economia, o governo não é só consumidor, no momento que ele deixa de gastar ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Ao reduzir o consumo, pode afetar os empregos; pessoas desempregadas consomem menos; quanto menor o consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos; menor a receita do governo; diminuindo a receita, é necessário, por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica.

08. Que outras medidas poderiam ser adotadas para equilibrar as contas públicas?

No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas, sempre é focada a redução do gasto. Mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos. Medidas como o combate a sonegação, fim de isenções fiscais, taxação de lucros e dividendos poderiam gerar muito mais receita do que o montante de gastos cortados.



Site: Site Freepik

09. Como pode ser revertida essa Emenda? Ela pode ser revogada por um novo governo?

A única forma de reverter a EC nº 95/2016 é através de uma nova emenda constitucional, o que torna bastante difícil para um novo governo implementar.

10. Como essa Emenda pode afetar a prestação de serviços públicos à população?

Ao congelar o aumento real de investimentos em Educação, corre-se o risco de afetar a qualidade do ensino ofertado e a própria universalização do acesso ao ensino básico. Considerando que o ensino básico ainda não é universal e que a população aumenta a cada ano, na prática, essa política representa uma retração na abrangência dos jovens em idade escolar, ou, na melhor das hipóteses, supre-se a necessidade de vagas mas com o comprometimento da qualidade do ensino.

Página 3

Página 4

APÊNDICE 7 – MODELO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. Como você avalia o auxílio desse fôlder na sua compreensão acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016?

- Muito insatisfatório
- Insatisfatório
- Indiferente
- Satisfatório
- Muito satisfatório

2. Como você define seu grau de conhecimento antes da leitura do fôlder?

- Muito Pequeno
- Pequeno
- Médio
- Grande
- Muito Grande

3. Como você define seu grau de conhecimento após a leitura do fôlder?

- Muito Pequeno
- Pequeno
- Médio
- Grande
- Muito Grande

4. Como você avalia a linguagem utilizada nesse fôlder?

- Muito insatisfatório
- Insatisfatório
- Indiferente
- Satisfatório
- Muito satisfatório

5. Colabore com essa pesquisa deixando sua opinião sobre o assunto apresentado:

APÊNDICE 8 – RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. Como você avalia o auxílio desse fôlder na sua compreensão acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016?

Participante	Resposta
Participante 01	Muito satisfatório
Participante 02	Satisfatório
Participante 03	Satisfatório
Participante 04	Muito satisfatório
Participante 05	Satisfatório
Participante 06	Muito satisfatório
Participante 07	Muito satisfatório
Participante 08	Muito satisfatório
Participante 09	Muito satisfatório
Participante 10	Muito satisfatório
Participante 11	Satisfatório
Participante 12	Satisfatório
Participante 13	Muito satisfatório
Participante 14	Satisfatório
Participante 15	Satisfatório
Participante 16	Insatisfatório
Participante 17	Satisfatório
Participante 18	Muito satisfatório
Participante 19	Muito satisfatório
Participante 20	Satisfatório
Participante 21	Satisfatório

2. Como você define seu grau de conhecimento antes da leitura do fôlder?

Participante	Resposta
Participante 01	Médio
Participante 02	Médio
Participante 03	Pequeno
Participante 04	Médio
Participante 05	Pequeno
Participante 06	Médio

Participante 07	Médio
Participante 08	Pequeno
Participante 09	Médio
Participante 10	Médio
Participante 11	Médio
Participante 12	Pequeno
Participante 13	Médio
Participante 14	Médio
Participante 15	Médio
Participante 16	Grande
Participante 17	Pequeno
Participante 18	Médio
Participante 19	Médio
Participante 20	Pequeno
Participante 21	Pequeno

3. Como você define seu grau de conhecimento após a leitura do fôlder?

Participante	Resposta
Participante 01	Muito grande
Participante 02	Grande
Participante 03	Grande
Participante 04	Grande
Participante 05	Médio
Participante 06	Grande
Participante 07	Grande
Participante 08	Grande
Participante 09	Grande
Participante 10	Muito grande
Participante 11	Grande
Participante 12	Grande
Participante 13	Muito grande
Participante 14	Grande
Participante 15	Grande
Participante 16	Grande
Participante 17	Médio

Participante 18	Grande
Participante 19	Grande
Participante 20	Médio
Participante 21	Médio

4. Como você avalia a linguagem utilizada nesse pôlder?

Participante	Resposta
Participante 01	Muito satisfatório
Participante 02	Muito satisfatório
Participante 03	Satisfatório
Participante 04	Muito satisfatório
Participante 05	Muito satisfatório
Participante 06	Muito satisfatório
Participante 07	Muito satisfatório
Participante 08	Muito satisfatório
Participante 09	Muito satisfatório
Participante 10	Muito satisfatório
Participante 11	Satisfatório
Participante 12	Muito satisfatório
Participante 13	Muito satisfatório
Participante 14	Muito satisfatório
Participante 15	Satisfatório
Participante 16	Satisfatório
Participante 17	Satisfatório
Participante 18	Muito satisfatório
Participante 19	Muito satisfatório
Participante 20	Satisfatório
Participante 21	Satisfatório

5. Colabore com essa pesquisa deixando sua opinião sobre o assunto apresentado:

Participante	Resposta
Participante 01	(sem preenchimento de resposta)
Participante 02	(sem preenchimento de resposta)
Participante 03	Esse material é bem didático, simples e fácil de entender.

	Sugestão: afixar nos órgãos públicos esse material para conhecimento dos servidores e das pessoas que buscam o serviço público em órgãos do Governo.
Participante 04	(sem preenchimento de resposta)
Participante 05	(sem preenchimento de resposta)
Participante 06	Excelente material, que merece ser divulgado também para os demais IFs.
Participante 07	O assunto em si é muito preocupante, pois a EC 95/2016 visa sucatear as instituições públicas, o que é muito ruim para as pessoas que dependem dos sistemas públicos, para estudar e ter acesso à saúde.
Participante 08	Texto de fácil compreensão, facilitando o entendimento das pessoas com pouco conhecimento sobre essa Emenda.
Participante 09	(sem preenchimento de resposta)
Participante 10	Tema pertinente e atual.
Participante 11	(sem preenchimento de resposta)
Participante 12	Considero relevante a disseminação do fôlder.
Participante 13	(sem preenchimento de resposta)
Participante 14	Apesar da conscientização não ter ocorrido no momento ideal (antes da aprovação da PEC), ainda é muito relevante tornar do conhecimento público os impactos provocados por esta medida, afim de que possa ser revertida em um futuro governo.
Participante 15	(sem preenchimento de resposta)
Participante 16	(sem preenchimento de resposta)
Participante 17	(sem preenchimento de resposta)
Participante 18	Muito importante, a população precisa saber destas informações para refletir de forma crítica e agir racionalmente. Considerando o pouco espaço para trazer a temática, ficou bom!
Participante 19	(sem preenchimento de resposta)
Participante 20	Sugiro deixar o link de acesso à emenda Constitucional. E, se possível, trazer recorte da EC ou citar artigos quando for tratar de assunto específico. No mais, a apresentação do fôlder está boa, clara e sucinta para o objetivo do trabalho. Sugestão para a questão nº 08:

	<p>De:</p> <p>No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas sempre é focado na redução do gasto, mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos.</p> <p>Para:</p> <p>No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas sempre é focada a redução de gastos, mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas e não necessariamente o aumento de impostos.</p>
Participante 21	<p>Parabéns pelo material! Algumas sugestões sobre a escrita:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. No item 4, não vejo necessidade em repetir os termos que já aparecem na pergunta "Sim, esses gastos serão afetados pela EC no 95/2016,"; minha sugestão seria colocar um ponto de exclamação e já iniciar a explicação de como seria afetado. > Sim! A única diferença é que os gastos com Educação e Saúde precisam, obrigatoriamente, ser reajustados pelo IPCA, enquanto os demais gastos podem ser reajustados, sem obrigatoriedade. 2. No item 5 "de reduzir o tamanho do Estado", fica uma ambiguidade na escrita, podendo haver a compreensão de reduzir algo espacialmente. Acho que poderia alterar para "responsabilidade", ou outro termo afim. Ainda no item 5, tem uma frase bastante extensa. Minha sugestão seria incluir um ponto final e iniciar nova sentença >> "Nessa lógica, o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações." 3. No item 7, também incluiria mais pontos finais, deixando as frases mais curtas. Sugestão: "A economia de um país não funciona da mesma forma que a economia de uma família. Cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar mas, para uma Economia inteira, significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Além disso,

quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas, ela não é afetada pela redução no consumo, exceto por ficar privada desses produtos. Numa Economia, o governo não é só consumidor no momento que ele deixa de gastar; ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Ao reduzir o consumo, pode afetar os empregos; pessoas desempregadas consomem menos; quanto menor o consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos, menor a receita do governo; diminuindo a receita, é necessário, por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica."

4. No item 8, minhas sugestões são "No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas, sempre é focada a redução do gasto. Mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com aumento de impostos."

5. Por fim, em relação às imagens utilizadas, existe a preocupação quanto a autoria destas. Se forem imagens de livre acesso, não tem problema. Mas as que tem autoria, precisa referenciar a fonte de onde ela foi retirada, como por exemplo, a charge da Mafalda.

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: OS EFEITOS DO CONGELAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Pesquisador: ADRIANA CLARICE HENNING

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11909719.6.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.336.102

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

CEP: 97.110-767

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 3.336.102

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1330788.pdf	16/05/2019 16:35:44		Aceito
Outros	Roteiro_de_Perguntas_Revisado.pdf	16/05/2019 16:35:21	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Revisado.pdf	16/05/2019 16:34:46	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Revisado.pdf	16/05/2019 16:34:30	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Corrigido.pdf	14/04/2019 18:52:43	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Outros	Roteiro_de_perguntas.pdf	09/04/2019 12:09:28	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf	09/04/2019 12:08:14	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	09/04/2019 12:07:18	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_institucional.pdf	09/04/2019 12:06:25	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	09/04/2019 11:57:51	ADRIANA CLARICE HENNING	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 20 de Maio de 2019

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br